

EM TEMPO!

Semanário Nacional • Ano II • nº 84-4 a 10 de outubro de 1979 • Cr\$ 20,00

Lideranças do Partido dos Trabalhadores
fazem um balanço e propõem:

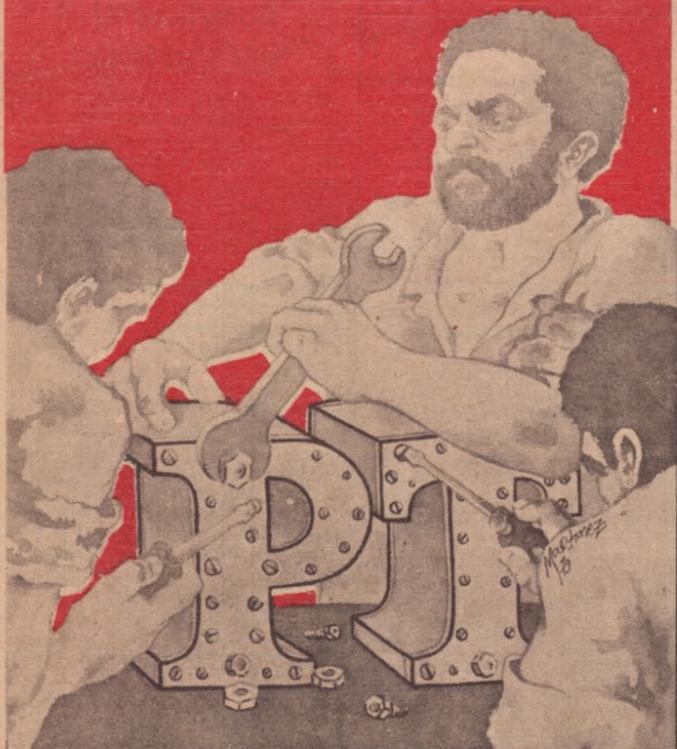
Apertar os parafusos para sair às ruas

Lula, Olivio Dutra, Jacó Bittar, Paulo Skromov, João Lins, Antonio Cicotti e José Ibrahim, dirigentes sindicais a favor do PT reunidos na última quarta-feira em São Paulo deram um balanço geral na articulação. O regime está na ofensiva e a oposição vacilando. Enquanto isto, PT não sai da casca do ovo. E hora de tomar definições, e partir com o PT pras ruas, foi a conclusão.

NA PAGINA 5

A Oposição
Sindical
metalúrgica
de São Paulo
organiza
a campanha
salarial

(Pág. 7)



A BATALHA DE BETIM :



Metalúrgicos
enfrentam
repressão
e patrões
(Tática da
polícia
era provocar
chacina)

(Págs. 8 e 9)

«Os Gigantes», uma novela prá valer

(Pág. 11)

A Justiça do Trabalho vista por dentro

(Pág. 16)

POLOP:

Contribuição à História da Esquerda Brasileira

(Págs. 12 e 13)

UNE:

com as eleições,
a reconstrução
definitiva.

(Pág. 6)

ivete ou brizola?

Errar uma vez é humano, dizem os complacentes e completam: mas persistir no erro é burrice mesmo. Já o vizinho aqui diz que a primeira tentativa foi petebista, a segunda já é petebista. (RVN)

saiu da cadeia e continua preso

A abertura figueireda está mostrando sua verdadeira face, através de coisas aparentemente pequenas mas que revelam um claro sentido de vingança contra — pelo menos — quem foi claramente caracterizado como opositor do regime.

Um exemplo: o ex-presos político Hermes Machado Neto, do Rio de Janeiro, prestou vestibular e foi aprovado para o curso de Engenharia de Operação da Escola Técnica Celso Sukrov da Fonseca, atual Centro de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro. Como estava preso há muito tempo, Hermes não tinha alguns dos documentos exigidos para matrícula no curso, o título de eleitor e o atestado de antecedentes, e sua matrícula ficou dependendo de autorização do juiz-auditor. Apesar de já ter cumprido a pena a que foi condenado, Hermes foi considerado, pelo promotor Oswaldo Lima Rodrigues Filho e pelo juiz Alfredo Duque Guimarães, "elemento perigoso" e de maus antecedentes, e não pôde se matricular.

Então, porque já esteve preso, o cara não pode nunca mais ter uma vida regular, os mesmos (poucos) direitos dos demais brasileiros? Que anistia é essa?, perguntaria imitando o Francolino e completando: em que abertura estamos?

Os eternos puxa-sacos dirão: isso são "os porões" do regime, coisas arbitrárias dos baixos escalões. Mas, digo eu: é a máquina fascista que continua montada e reprimindo, como outra máquina fascista, mantida intacta, que é a organização policial. E se funciona, é porque o governo deixa e, mais do que isso, quer. (Rezende Valadares Netto).

arena não quer lula no congresso

A Comissão Mista do Congresso montada para analisar o projeto do governo de reformulação da política salarial deve achar que trabalhador não tem nada a ver com salário. A reunião da Comissão, na semana passada, foi muito engraçada, mas ficaria melhor num circo.

A senadora Eunice Michilis e o cearense Almir Pinto, suplente do biônico de seu estado, estavam votando de cabresto todas as questões. Eles votavam tudo de acordo com a posição do senador arenista Aloysio Chaves, do Pará. No final da reunião eles explicaram que desconheciam completamente o assunto.

Foi desconhecendo completamente o assunto que eles votaram, junto com todo o resto dos arenistas que estão na comissão, pelo veto à convocação do



desaparecidos políticos não serão esquecidos

Será lançado nesta segunda-feira, na ABI, Rio, o livro **Desaparecidos políticos**, organizado pelos jornalistas Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa e patrocinado pelo CBA-RJ. Suas 287 páginas exigem uma resposta da Ditadura Militar que ao longo destes 15 anos sequestrou, prendeu, torturou e matou tantos opositores políticos: onde estão nossos pais, irmãos, filhos e companheiros de luta que "desapareceram", muitas das vezes nos cárceres da repressão?

Onde estão David Capistrano, Orlando Bonfim, Mário Alves, Stuart Angel, Fernando Santa Cruz, Honesto Guimarães, Rubens Paiva? **Desaparecidos Políticos** refaz, com as poucas informações que se tem, os últimos momentos de 52 opositores

deste regime dados como "desaparecidos". Apesar das evidências, a Ditadura assassina não assume as suas mortes nem desenvolve seus corpos. Simplesmente, sumiram.

"Não tenho muita esperança de que alguém volte — confessa D. Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo, em um dos artigos. Mas tenho consciência de que eles fazem parte de nossa vida e assim nos obrigam a alertar a nação para que tais fatos não se repitam".

O livro do CBA do Rio é, neste momento, com seus testemunhos e suas denúncias, um libelo importantíssimo no desmascaramento da restrita anistia do General Figueiredo. Devemos arrancar deste governo a mais ampla das anistias. Queremos saber onde estão nossos pais, filhos e irmãos,

queremos saber o que foi feito de nossos companheiros. Queremos que paguem por seus crimes os torturadores e assassinos — estes sim beneficiados pela anistia do Figueiredo.

Desaparecidos políticos será lançado durante um debate na ABI, às 20 horas, com a participação do senador Teotônio Vilela, de representantes da OAB e da ABI, de parentes de desaparecidos, de Lisâneas Maciel, Airton Soares.

Além de reportagens sobre 52 desaparecidos, o livro traz artigos de Sobral Pinto, Hélio Silva, D. Evaristo Arns, e Barbosa Lima Sobrinho, documentos, depoimentos e fotografias.

(Marcelo Beraba)

o projetão do portela

reta e secreta e com a mais ampla participação dos corpos docente, discente e administrativo, o ante projeto é, pelo contrário, autoritário e discriminatório, perpetuando os processos de eleição atualmente em uso nas instituições de ensino superior.

O ante-projeto de Regulamentação de Autarquias de Regime Especial acena com as vantagens de uma Autonomia Universitária, já garantidas pela lei 5540, mas nunca efetivadas. Entretanto esta autonomia é inteiramente vazia de conteúdo já que todas as questões relevantes dependem de aprovação de instâncias de poder externos à Universidade. Na realidade

trata-se da implantação da Universidade-Empresa a longo tempo tentada em nosso País.

O ante-projeto de carreira do magistério acena com algumas aparentes perspectivas de melhoria salarial. Não leva em conta o pedido de aumento salarial (50%) conforme proposta da Associação da UFRJ (e aceita por outras associações); não garante a estabilidade ao Docente; não define suficientemente a função de Professor Colaborador, o atual "bóia fria" da Universidade, e muitas outras coisas. É fogo, quando não é o Portelão da Justiça que ataca é o Portelão da Cultura que se ocupa. Eta ferro. (Roberto Rodrigues).

mdb/rs: todo mundo na reta final

Na semana passada, últimos dias que Brizola passaria no Estado, e depois das ameaças de dissolução do MDB, os parlamentares opositoristas, em sua grande maioria, começaram a virar a placa. Além dos que já declararam abertamente que vão para o PTB, os que restaram já foram avisando aos assessores que não ficarão para trás. Sem nenhuma consulta às bases — a não ser de alguns telefonemas para os cabos eleitorais — adesistas, moderados e até os chamados autênticos como é o caso de Américo Coppetti, já partiram pro grande partido de Brizola.

Na segunda feira o clima dentro da Assembléia Legislativa era de enterro, principalmente para aqueles que apostavam na transformação do MDB em um partido popular. A volta dos moderados para o MDB, a nível nacional, desiludidos pelas últimas declarações de Figueiredo que esvaziavam o Partido Independente, e a verdadeira debandada dos parlamentares gaúchos para o PTB, deixaram a Frente Popular completamente paralisada. A expressão disso é patente numa reunião sua que deveria realizar-se domingo último, na cidade de Ijuí, interior do RS, e que teve de ser cancelada por absoluta falta de quórum.

Tentando segurar o barco, o senador Pedro Simon, depois de vários dias de jejumismo, declarou a imprensa que não sairía do MDB. E caso ele seja dissolvido pelo governo, organizará outro MDB.

o operário e a música

No mês passado a Brasinca comemorou seu trigésimo aniversário. Brasinca S.A.: empresa de capital aberto; 36^a do setor de Autopeças e Carrocerias em patrimônio líquido; 1.085 empregados; lucro líquido no exercício de 1978 de Cr\$ 34.600.000,00 rentabilidade acima da média do setor: 14,4%.

Os diretores da empresa resolvidos a comemorar com os operários os seus 30 anos de existência trouxeram para a fábrica a orquestra municipal de São Paulo. A tarde de um dia de semana, sol nas ruas do Brasil, o trabalho foi interrompido. Os operários se aglomeravam para a audição. O maestro Eleazar de Carvalho no podium tradicional dos regentes começava a brandir de sua vareta "O Guarani". Entre os operários o silêncio reinava. Boquiabertos ouviam uma orquestra. Alguns deles foram ouvidos depois do concerto e um deles disse tudo: "Gostei, gostei muito. Eu nunca tinha ouvido isso antes. É um barulho diferente, não sei".

(Francisco Paulo Cipolla)

contra a discriminação

O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial realizou em Belo Horizonte nos dias 29 e 30, seu 1^o Encontro Nacional. Participaram representantes de São Paulo (Centro de Luta e Decisão), Rio de Janeiro (Centros de Luta do Rio, Duque de Caxias e Nova Iguaçu), Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais (Centros de Luta de Belo Horizonte, Viçosa e Nova Eirânia).

O 1^o Encontro Nacional discutiu basicamente, após fazer balanço crítico de sua atuação, as formas organizativas que permitam uma maior atuação junto à população negra e se escolheu o mês de Dezembro para realizar o Congresso Nacional do MNUCDR. Animados com o resultado das discussões, os militantes do MNUCDR, voltarão a seus estados, dispostos a reformular sua prática junto à comunidade negra e preparar o Dia Nacional da Consciência Negra, no dia 20 de Novembro, homenagem a Zumbi. (JP)

(Sérgio Allii)

ELA É BRASILEIRA. ESTÁ PRESA NOS CÁRCERES URUGUAIOS DESDE 1972.

O GOVERNO BRASILEIRO E CADA UM DE NOS É RESPONSÁVEL.

LIBERDADE PARA FLÁVIA

C.B.A.



Este anúncio será publicado por este jornal até o dia da libertação de Flávia

infiltração marxista no governo figueiredo

O deputado Sérgio Cardoso de Almeida (Arena-SP), que sempre se mostrou uma espécie de defensor dos fortes e opressores, com projetos que só visam ajudar os grandes proprietários rurais a explorar mais os empregados e os cofres públicos, é daquele tipo que vê comunista até debaixo da cama. Ainda não disse que o papa é comunista, mas isso é só uma questão de tempo.

Mas, ele não defende apenas os interesses dos proprietários rurais: apesar de o governo ter isentado de taxaçaõ as heranças de terras cultivadas, o deputado está em plena guerra santa contra o Imposto sobre Heranças e Doações, que vai extrair da mais valia dos burgueses coisa de zero vírgula qualquer coisa por cento.

Como cruzado sobrevivente dos

tempos do Zézinho Bonifácio e afins, o deputado Cardoso de Almeida vê no projeto do governo os sempre lembrados, nestas circunstâncias, princípios marxistas, já que, segundo ele, o fato de cobrar de um capitalista quando morre uma mixaria de imposto é socializante.

O que ele não lembra é que com o que sobra, e com as facilidades que lhes são dadas, os herdeiros terão condição de garfar outro tanto do que lhe foi cobrado de imposto.

Para terminar, aí vai um segredo para o ilustre deputado (só para ele isso é segredo): o marxismo atingiu de cheio o governo dos Estados Unidos, pois lá já existe imposto sobre heranças há muito tempo e é muito mais caro do que aqui. Topas começar a guerra santa por lá? (R.V.N.)

o dops gaúcho e a verba secreta

Somente no Rio Grande do Sul, de acordo com os resultados de análises do Orçamento Estadual da Administração Direta, publicados no Semanário "O Rio Grande" de 20 a 26 de setembro, foram gastos pela polícia política do Estado, nos últimos oito anos, mais de 10 milhões de cruzeiros "com a compra de informações, pagamento de alcaguetes, manutenção de cárceres privados para presos políticos, viagens extra-oficiais, diligências em outros países e aquisição de armas, veículos e equipamentos fora das especificações do Serviço Público", ou seja, atividades extras, financiadas por fora do orçamento oficial discriminado para a segurança, que, como se sabe, nunca foi pequeno.

Para tentar disfarçar, esses gastos aparecem quase sempre no Orçamento Estadual sob a rubrica "verba secreta". Assim, sem precisar apresentar justificativas prévias ou prestar contas posteriores, o DOPS, a Brigada Militar e o gabinete do Secretário de Segurança vêm se locupletando com altas somas, ano a ano superiores às de muitos itens essenciais de pastas como as da Saúde e Educação do Rio Grande do Sul.

Em resumo, segundo as denúncias da oposição na Assembléia Legislativa, o montante anual dos gastos extras da polícia política gaúcha foi o seguinte: em 1971, 250 mil cruzeiros; em 72, 390; em 73, 240; em 74 e 75, 250; em 76, 626; em 77, 700; e em 78, 600 mil cruzeiros. (C.T.)

SIMPÓSIO SOBRE A FABRICA NO BRASIL

Promoção do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Todas as 2^{as} feiras do mês de outubro, às 20 horas

Próximo Debate: A fábrica e a organização do Trabalho
dia 8/10 — Rua da Matriz, 82 — Botafogo — Tel.: 286-0966

quem vai ficar com o espólio do mdb?

Dia 14 próximo encerra-se o prazo para inscrição das chapas que concorrerão dia 4 de novembro, na Convenção do MDB, ao Diretório Nacional do partido. Por se tratar do órgão máximo de direção dentro do partido, a disputa reveste-se da maior importância para os emedebistas. A Convenção Nacional que elegerá o Diretório é composta de todos os membros do atual Diretório Nacional em fim de mandato (71), pelos delegados retirados pelas convenções estaduais para este fim e pela bancada do partido a nível federal (deputados e senadores). Ao total, são cerca de 700 eleitores que votarão na Convenção.

O Diretório Nacional a ser votado é composto de 71 membros e é ele que, por sua vez, elegerá a Comissão Executiva de 13 membros que se situa no ápice da hierarquia do partido.

Apesar da morte próxima do MDB, no entanto, a disputa pela composição da chapa está acirrada. Alguns como Pedro Simon, acreditam que o governo não dispõe de meios legais para acabar com o partido e que o MDB sobreviverá. Juntamente com Roberto Saturnino, Franco Montoro, Paulo Brossard e outros, são os emedebistas agora denominados "não alinhados" devido ao fato de não terem ainda assumido qualquer compromisso com

as propostas de novos partidos. Nada de PTB, PI, PP, PT etc. O negócio afirmam, é MDB mesmo. É o grupo que talvez mais se identifique com o MDB propriamente, enquanto partido real que se consolidou de fato ao longo destes anos de ditadura. Estão equidistantes dos adesistas bem como dos autênticos. O que aumenta em muito suas chances de maior peso na chapa unitária que deverá sair para o Diretório. São uma espécie de moderados que não sujam as mãos nos conchavos com o poder, ao contrário da grande maioria deste grupo que é, afinal, quem deverá manter o controle da máquina emedebista. (Flávio Andrade).



a chegada de bezerra

O velho Sebastião Francisco tinha todos os motivos para estar "muito alegre", como ele confessou; naquele sábado ensolarado, 29 de setembro ele era uma das quase três mil pessoas que se acotovelavam em frente à ala nacional do aeroporto de Congonhas à espera dos antigos dirigentes sindicais Hércules Correia dos Reis, Lindolfo Silva, Luis Tenório de Lima e Gregório Bezerra, também integrantes do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que voltam depois de longos anos de exílio ao Brasil.

Personagem de Jorge Amado no livro "Subterrâneos da Liberdade" Sebastião era o "Zé Pedro", o pintor, foi na condição de "membro do Comitê central do PCB, na década de 30", que ele foi chamado a compor a mesa formada pelos quatro e por dirigentes sindicais, parlamentares e representantes de Comitês da Anistia, no ato realizado, logo após a chegada, na sede do Sindicato dos Aeroviários do Estado de São Paulo, nas proximidades de Congonhas.

Havia muitos antigos militantes sindicais e do partido, havia estudantes, profissionais liberais, alguns operários, que foram esperar os exilados. Principalmente, como ficou claro, pelas constantes aclamações, Gregório Bezerra, líder camponês no Nordeste, ex-dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), preso e barbaramente torturado em dependências do IV Exército, no Recife, em 1964, comunista "desde 1936", como ele próprio afirmou e, sem dúvida alguma, o nome mais carismático do velho Partidão.

Gregório foi sem dúvida a estrela daquele sábado. Prova disso foi a demonstração de impaciência com que os presentes ouviam as palavras dos diversos oradores (inclusive Luis Tenório de Lima que falava em nome dos quatro, pregando a palavra de ordem oficial do PCB "Unidade", antecedida pela recomendação expressa de que se "devia esquecer as divergências do passado". Dirigidas sem dúvida, para justificar a presença da gente que não tinha nada que fazer ali, como o notório adesista e fisiológico do MDB paulista, João Paulo Arruda, o "Zumbi" e do maior pelego da Amé-



Todos queriam ver Gregório.

um cargo para formar idiotas

Quem diria! A revista Veja desta semana traz na sua última página, na seção "Ponto de Vista", nada mais nada menos do que José Salles, membro do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. Sinal dos tempos, pois até agora a seção era predominantemente frequentada por Fernando Pedreira, Roberto Campos e outras jóias do pensamento conservador brasileiro.

O PC investe prá valer na sua pretensão de legalidade. De imediato, dizem os exilados que chegam, é fortalecer a unidade das oposições dentro do MDB, ou, como diz José Salles, "a unidade de todas as forças democráticas e liberais... nada de tumultos nas greves dos trabalhadores... (pois) convém a preservação do calendário eleitoral".

Se este discurso traz lembranças da atuação como "partido da ordem" que o PC mostrou logo após a queda do Estado Novo, contendo a todo custo manifestações de trabalhadores que "pudessem prejudicar o processo

democrático", no entanto elas não são o bastante para que os comunistas sejam recebidos de braços abertos pelo MDB. Foi o senador José Richa, do MDB paranaense, quem, diante da avalanque de comunistas ao partido, disse que "o MDB os teme pois podem dar pretexto ao governo para atacar a frente das oposições".

Mas ao que tudo indica, a postura do governo não é esta. Frente à chegada dos comunistas, porta-vozes do governo têm dito que o partido não tem legalidade em função de dispositivo constitucional e que "o governo não tomará a iniciativa de mudá-la". Significará isto que outros poderão e que, o governo, quem sabe, não se oporá?

Pois o PC mudou. Tanto que, agora, outro membro do CC, Hércules Correa, deixou a Europa dizendo-se a favor da extinção do cargo de Secretário Geral, ocupado há décadas por Prestes. E mais, disse que o cargo é um verdadeiro "formador de idiotas". (Flávio Andrade)

o dinheiro dos baianos

O relógio do Figueiredo, afanado ou perdido em Salvador, vai acabar provocando um enorme rombo nos cofres públicos baianos.

A moça que achou o relógio, Renilda de Oliveira Figueiredo, em função desse acaso, já jantou com o governador, foi levada às lojas para ser vestida como manda o figurino e viajará com uma irmã e o próprio governador para Brasília — com tudo pago, é claro — para devolver o fatídico relógio em mãos.

Se o Figueiredo comprasse outro relógio, quanto ficaria mais barato? E nem era preciso comprar, pois já que

a moça queria devolver, portador é que não falta. Mas, sabem como é, qualquer coisa tem que ser explorada, mostrar o João popular, afetivo, duro quando preciso, etc, etc, bem ao gosto dos mais variados estilos de populismo.

E vocês aí, baianos, paguem impostos e não chiem. Vai tudo para causas nobres: caruru de 40 mil quiabos para o presidente, viagens turísticas de mocinhas de sorte e vaidades do governador. O dinheiro de vocês está fazendo (não é uma beleza?) três pessoas felizes. (RVN)

José Prata Avançar na construção de uma Central Sindical e do PT

Nas primeiras assembléias bancárias em Belo Horizonte nós da Oposição Bancária deixamos claro que a verdadeira unidade nacional só seria possível se fosse articulada a partir de encontros nacionais realmente representativos. O que vimos, no entanto, foi exatamente o contrário. Pra começar a unidade em cima das reivindicações foi decidida numa quarta-feira quando possivelmente não participou nenhum bancário de base.

No transcorrer da campanha salarial a maioria dos elementos da Oposição Sindical enfrentou o seguinte dilema: como fazer com que as bases acreditassem na unidade nacional se nem nós podíamos garantir que as diretorias bancárias dos outros estados trabalhavam efetivamente para a greve?

O cupulismo que caracterizou nossa campanha a nível nacional esteve presente também nos diversos estados. Jogaram na divisão do movimento os pelegos e os conciliadores de sempre, que na maior cara-de-pau colocavam a necessidade de prorrogarmos as greves como forma de evitar intervenções nos sindicatos. Os cargos para esses senhores são mais importantes do que as necessidades mais urgentes dos trabalhadores. Jogaram na divisão do movimento também aqueles que pregavam a greve a qualquer custo. Para esses é melhor às vezes (ou sempre) fazer uma greve, mesmo tendo certeza da derrota do que não se fazer a greve.

Foram muitos os saldos da campanha

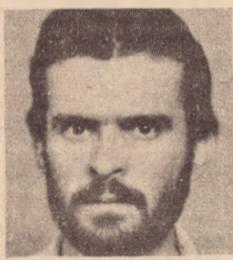
Em BH, mesmo com a derrota da greve, foram muitos os saldos da campanha. Fizemos as maiores assembléias dos últimos anos, discutimos nas reuniões por banco a formação de núcleos bancários etc. Por outro lado, perdemos também a oportunidade de avançar na coesão do movimento bancário, quando discutimos de maneira muito deficiente a limitação do sindicato, o papel dos piquetes, a importância das regionais e a tarefa do CGG numa greve.

Hoje torna-se imediata uma reunião dos setores mais combatidos dos bancários a nível nacional para avaliarmos as greves, as intervenções nos sindicatos e para tirarmos também um eixo de luta contra as demissões e contra a nova política salarial do governo.

A intervenção nos diversos sindicatos bancários colocam claramente a necessidade de aprofundarmos a luta pelo desatrelamento sindical. Salvar este sindicato que temos não é tarefa para os setores mais comprometidos dos trabalhadores, mas para a burguesia.

A construção de um sindicato livre não pode implicar num desatrelamento apenas jurídico. Isso porque se este processo não se der como resultado de uma ampla mobilização, implicando num controle efetivo das bases na sua condução, não se terá nenhuma garantia que este sindicato caia outra vez nas mãos dos pelegos e dos conciliadores.

Entretanto não basta rompermos com o atrelamento somente ao nível do sindicato, pois se quisermos destruir a estrutura corporativista que amarra o movimento dos trabalhadores temos que avançar também na construção de uma Central Sindical e de um Partido dos Trabalhadores. Agora, estas duas propostas dificilmente irão à frente se permanecerem centralizadas apenas nas direções sindicais, tanto a Central como o partido devem ser forjados a partir de lutas que unifiquem não só as direções sindicais mas principalmente o conjunto dos trabalhadores avançando o seu grau de consciência e organização.



José Prata de Araújo é membro da oposição sindical bancária de Belo Horizonte.

Errata

Em nossa edição nº 83, da semana passada, por falha editorial as opiniões do Deputado Geraldo Siqueira (Geraldinho) e Ignacio Hernandez saíram trocadas. Pela milésima vez, leitores e autores que nos desculpem.

José Carlos de Oliveira Lamentamos profundamente a postura política de Brizola

O projeto de reforma partidária que o governo anuncia, já vem, desde logo, marcado por um profundo elitismo. O governo busca uma rearticulação partidária restrita que nega a ampla liberdade de organização para todos os partidos políticos.

A exigência de dez por cento de deputados e três senadores para legalizar um partido político visa exatamente restringir a possibilidade de formação de partidos. Não se trata apenas do número, que é evidentemente alto, mas também a dependência parlamentar pois para formar um partido com número inferior de parlamentares são necessárias milhões de assinaturas.

A reforma do governo, visa assim, criar as condições para a formação apenas de partidos burgueses ou pequeno-burgueses, liberais, conservadores e no máximo populista. Estão excluídos desde já os partidos de esquerda, operários e populares. Ela exclui a possibilidade de legalização do Partido dos Trabalhadores.

Enquanto isso o senhor Leonel Brizola apóia a reforma partidária restrita da ditadura. Para Brizola, segundo suas declarações, a ditadura busca construir a democracia, ele acha que Figueiredo realmente vai fazer deste país uma democracia.

Lamentamos profundamente a postura política de Brizola. Desde que retornou ao país não ouvimos uma palavra sequer que demonstrasse sua disposição de luta pelo fim da ditadura militar brasileira, mas pelo contrário, ouvimos manifestações e declarações que feitas há alguns meses atrás por algum emedebista lhe dariam o adjetivo de adesista, tais como a declaração da semana passada onde Brizola diz que "a guerra acabou"?

A guerra não acabou senhor Brizola!

Como que a guerra acabou senhor Brizola, se centenas de opositores ainda se encontram na cadeia por terem combatido a ditadura?

Como que a guerra acabou se os trabalhadores quando fazem greves por melhores salários e melhores condições de vida são violentamente reprimidos e até mortos pelos aparelhos de repressão da ditadura militar?

Mas enquanto a ditadura causa mortes e deixa feridos, reprime violentamente qualquer manifestação popular, o senhor Leonel Brizola diz que a "guerra acabou" e ataca com veemência outras correntes opositoristas, especialmente a esquerda, sem jamais atacar a ditadura.

A guerra não acabou, senhor Brizola, ela continua enquanto houver neste país uma ditadura militar. Com esta ditadura não cabe compromissos de espécie alguma. Não será ela que irá democratizar o país, pois a conquista da democracia pressupõe a sua derrubada. Se Brizola e seu PTB fizeram algum acordo de "Paz em separado" com a ditadura, são outros quinhentos. Isto não quer dizer que a guerra acabou, mas apenas que alguns combatentes capitularam.

Defendemos todo o direito do senhor Brizola organizar o seu PTB, mas cobramos uma postura opositorista de sua parte. Cobramos a sua luta pela liberdade de organização para todos os partidos políticos, que nada tem a ver com este projeto do governo. Cobramos sua palavra de combate pelo fim da ditadura militar e criticaremos qualquer um que assumir a defesa da colaboração com este regime.



José Carlos de Oliveira (Zezinho) é Presidente do Setor Jovem Metropolitano do MDB/RS e membro da direção da Tendência Socialista do MDB/RS.

José Eudes O PT é um dos referenciais mais significativos para nossa proposta de partido

Para não fazermos uma política de avestruz, enfiando a cabeça no buraco, entendemos que as oposições populares, representativas da pequena burguesia, do campesinato, do proletariado e sub-proletariado, devem avançar na sua unificação. Unidade que mantenha firmes as bandeiras de luta contra a opressão política e econômica do regime militar, barrando a estratégia do governo Figueiredo.

A unidade de uma frente de massas baseada na mobilização popular deve ter como um dos seus braços um partido de frente contra a ditadura, um Partido Popular.

Devemos ir além da frente eleitoral, dirigida pelos moderados, que é o MDB. Devemos contribuir para que se consolide, a partir do que já existe hoje no movimento operário e popular, uma frente que lute pelo fim da ditadura e trabalhar para que essa frente tenha sua representação política num partido popular. Partido que não poderá ser apenas um MDB depurado, quer de adesistas, quer de moderados, cuja construção deverá partir das representações nas massas. E no plano parlamentar não se trata simplesmente de privilegiar um partido dos "autênticos" que privilegiam a ação parlamentar, mas sim dos deputados populares, ou seja, dos que nas suas plataformas de campanha e na sua prática parlamentar denunciaram as limitações do MDB e criaram elos de uma ligação orgânica com as representações do movimento operário e popular, extra-institucional. Os parlamentares populares são neste caso mais do que porta-vozes de aspirações genéricas do povo, são marcos do movimento operário e popular no interior do parlamento da ditadura, e que tentarão comprometer os chamados "autênticos" com a alternativa popular de reorganização partidária.

Manter a verdadeira oposição popular unida

Para responder ao momento de rearticulação partidária, várias tentativas vêm sendo feitas e a que merece destaque é a do **Partido dos Trabalhadores**. O PT, além de envolver lideranças dos movimentos grevistas do chamado sindicalismo autêntico, tem sua maior qualidade ao colocar em discussão, junto aos trabalhadores, a necessidade da organização política, livre de qualquer tutela.

Por isso julgamos o PT como um dos referenciais mais significativos para nossa proposta de partido. O nosso trabalho deve visar fazer com que o choque dos governantes se dê, não com meia dúzia de deputados encerrados nas casas de leis, mas com uma frente política calcada no movimento vivo, cuja representação política é o **PARTIDO POPULAR que deve mobilizar e agir respaldando os deputados, seu braço parlamentar, mas não se limitando a esta atuação.**

A frente única da classe operária com todos os setores de trabalhadores, com todos os setores populares, de nosso país, vai sendo construída em cada fábrica, em cada escritório, em cada escola, em cada bairro, favela ou vila, na cidade ou no campo. Para isso, convocamos todos os setores populares para formarem um bloco de oposição popular. Que seja o próprio movimento popular que diga quando o MDB deve acabar, que sejam os trabalhadores que digam se o verdadeiro partido popular, deverá ou não se chamar Partido dos Trabalhadores.

Vamos manter a verdadeira oposição popular unida, respeitando as suas diferentes correntes. Vamos criar o Partido Popular, para avançarmos na luta pelo fim do regime militar, para criar o primeiro governo de baixo para cima da história desse país. Um governo que crie condições para que a classe operária e o conjunto do povo afirmem a sua vontade de decisão e emancipação nos seus verdadeiros partidos, dando, assim passos mais largos na direção de um governo dos trabalhadores e na construção de uma sociedade onde não haja exploração, de uma sociedade socialista.



José Eudes é Deputado Estadual pelo MDB do Rio de Janeiro



A denúncia da ditadura e da exploração.

Uma completa cobertura operária sindical de país.

Um verdadeiro time de opositores opinando sobre a conjuntura.

(Luiz, Fernando H. Cardoso, Silvio Dutra, Almino Afonso, João Paulo Vasconcelos, entre outros)

A história da esquerda brasileira.

O debate dos grandes temas do marxismo.

São Paulo - Rua Moraes Góes, 17 - Telefone: 280-4759 e 853-6680

assine

EM TEMPO:
um jornal de esquerda
ao lado dos trabalhadores

Nome _____ Profissão _____

Endereço _____ Bairro _____

Cidade _____ Estado _____ CEP _____

Desejo uma assinatura:

Estou enviando o cheque nº _____

do Banco _____

Anual — Cr\$ 800,00 Anual — US\$ 120,00

O PT quebra a casca

Reunidos na última quarta-feira em São Paulo, dirigentes do PT fizeram um balanço da proposta, apontaram suas falhas, e traçaram um plano de medidas com vistas a por a articulação nas ruas.

Por Flávio Andrade

Passados 9 meses de gestão - desde seu lançamento no Congresso de Lins, em São Paulo, no início do ano - a proposta do partido dos Trabalhadores agora parece que vai nascer, de fato. Reunidos em São Paulo na última quarta-feira, vários dirigentes sindicais deram um balanço geral na articulação. Estavam presentes à reunião, Lula, Antonio Cicotti, Jacó Bittar, Olívio Dutra, Paulo Skromov, João Lins e o ex-dirigente sindical José Ibrahim.

A linha de avaliação correu apontando uma grave frouxidão nas articulações, apesar da enorme receptividade que a proposta vem encontrando junto à massa e certos setores da oposição. O estado atual da articulação é, na verdade, praticamente caótico: sem nenhuma sintonia entre os diversos encaminhamentos, sem direção definida tanto a nível nacional quanto estadual, sem programa e sem campanhas estabelecidas etc. Reconheceu-se até mesmo um certo paradoxo que hoje vive o PT: quando as mobilizações operárias avançam, o partido pára; pois nestes momentos os dirigentes sindicais — e que são os mesmos do partido tem que dar assistência e direção às categorias. Contraditório, pois de que serviria um PT que somente atuasse e se desenvolvesse nos momentos de calma na classe operária?

O regime e a oposição conciliadora

Por outro lado, os dirigentes sindicais estão assustados com o desenvolvimento da conjuntura. De um lado o regime avança, com projetos sócio-econômicos perigosos como o dos reajustes salariais e com seu rolo compressor na reordenação partidária restrita, de cima para baixo. De outro lado, as oposições enveredam pelo caminho da conciliação: unidade com os liberais e moderados do MDB na política e unidade com os pelegos no plano sindical é a tônica. Nesta situação, os trabalhadores estão



sem uma alternativa que preserve sua independência.

Ambos os lados do problema simplesmente vêm reclamar dos articuladores do PT a necessidade urgente de lançarem a proposta às ruas. Pois, segundo Paulo Skromov, "do contrário, breve veremos repetir-se a conjuntura que vivemos em 64 ou no pós-Estado Novo".

"Chega de conchavo", diz Lula num desabafo, quem sabe diante de suas, até agora pouco frutíferas, conversas com parlamentares, com vistas a buscar uma ampliação que rompesse com o isolamento do PT. "O negócio, continua o dirigente metalúrgico de São Bernardo, é apertar os parafusos da articulação e colocarmos logo o PT nas ruas; aí sim, vendo a força da proposta é que virão vários apoios, até agora vacilantes". E Lula acredita que será possível contar com parlamentares no PT. Estima que algo como uns 15 deverão vir.

O número é pequeno. Mas ele responde: "não há problema pois iremos construir o PT não pela via da adesão de 10% de deputados e senadores, pela via do outro critério, que exige um dado percentual de votos na primeira eleição que o partido enfrente. Até lá estaremos com os poucos parlamentares que conseguirmos e, principalmente, crescendo junto às massas".

Lula, mostra-se confiante, e chega até mesmo a ser categórico no seu prognóstico: "O Brasil mudou muito, e não há mais espaço para reformismos como no passado. A dificuldade que pudermos ter de imediato para a construção do partido será logo superada, uma vez ele mostre o apoio que tem das massas."

Os dirigentes sindicais são poucos para o PT

Na mesma linha vai Paulo Skromov: "Não devemos ter pressa em ter o partido aceito pelos critérios da ditadura. De forma alguma sacrificaremos nossa posição anti-patrão, classista, em troca do apoio de muitos parlamentares. Pois sabemos que em troca, este apoio 'generoso' sempre vem com a diluição política".

"O negócio é que não temos máquina partidária, nem políticos profissionais que pudessem se dedicar plenamente às articulações", diz Lula, tentando explicar a frouxidão em que se encontra a proposta. "Se tivéssemos, já estaríamos longe", conclui. "Por isso mesmo, continua, é que devemos partir logo para ampliar a articulação, para que ela não fique na dependência de uns poucos dirigentes sindicais".

Dado este balanço preliminar, os dirigentes resolveram marcar para o próximo dia 13, sábado, em São Paulo, uma reunião ampliada com vistas a tomar uma série de decisões vitais para lançar a articulação nas ruas. Serão convidados de todos os pontos do país as lideranças dos mais variados setores já identificadas com a proposta do PT. Dirigentes sindicais, sindicalistas de oposição, intelectuais, parlamentares e outras lideranças populares, reunidos, farão um balanço geral da articulação, definirão um calendário rigoroso de encaminhamentos, esboçarão uma espécie de estrutura organizativa que deverá ser respeitada por todos os núcleos integrantes, elegerão uma coordenação formal provisória, e traçarão linhas referentes à legalização do partido. "O fundamental desta reunião, diz José Ibrahim, será a definição de uma estrutura organizativa para o Movimento pró-PT que seja um marco de referência para todos quantos quiseram participar da proposta".

O Partido dos Trabalhadores chega ao Rio

No último dia 30, reunindo várias lideranças, locais bem como de outros estados, o Movimento pró-Partidos dos Trabalhadores foi lançado publicamente no Rio De Janeiro.

Por Beatriz Loner

Com a presença de Lula, José Ibrahim, Paulo Skromov e outros dirigentes sindicais, de representantes do movimento sindical carioca como a oposição sindical dos metalúrgicos, dos rodoviários, de delegações de bancários, médicos e professores etc. dos parlamentares José Eudes e Edson Khair e de membros das chapas para a UNE, Novação e Mutirão realizou-se dia 30, o Encontro de Madureira, reunindo cerca de 1500 pessoas para o lançamento de Movimento pró-PT no Rio de Janeiro. Atos públicos semelhantes ocorreram no mesmo dia em Nova Iguaçu e Volta Redonda, contando também com expressiva presença de operários, trabalhadores em geral, representantes de movimentos de bairros e lideranças sindicais.

Embora visasse promover uma maior discussão e debate em torno do PT, o encontro de Madureira não pôde avançar neste sentido prejudicado pe-

la exiguidade do tempo e por certas indecisões, e porque termina privilegiando demasiadamente as intervenções dos componentes da mesa em detrimento de uma discussão com as bases e de propostas de organização concretas.

Já em Nova Iguaçu, onde o debate com as bases realmente pode ocorrer, ficou claro a necessidade, demonstrada pelos próprios trabalhadores, de construir um instrumento que lhes garanta uma efetiva participação política, um partido cujo eixo de intervenção esteja voltado para a defesa de seus interesses de classe e que permita aglutinar, sob a sua liderança, as demais classes e setores oprimidos da população.

Ao argumento de que a proposta do PT é sectária é inconsequente pois "divide os setores que lutam pela derubada da ditadura e que não leva em conta o baixo grau de conscientização da própria classe trabalhadora" defendida por sucessivos oradores, representantes da proposta de uma frente popular a platéia respondeu intensamente, com vaias e apupos.

Algumas destas vaias atingiram inclusive o deputado estadual do MDB, José Eudes, talvez cobrando sua demora em juntar-se à proposta do PT. Eudes, por sua vez, ganhou aplausos quando, ao falar da necessidade da organização pela base e da construção de uma alternativa partidária, saudou o PT por "estar no bom caminho" e enfatizou a necessidade da unidade popular contra a ditadura porém sem explicitar como ela se dará.

Frente popular mesmo é o PT

Esta questão foi abordada também por muitos partidários do PT lembrando que o PT não divide, mas soma, porque sua proposta aglutina a imensa maioria da população do país. Por outro lado, lembrou o professor Godofredo, dirigente do Centro Estadual de Professores — CEP: "Quem falou que quer frente popular sem patrão, pode vir para o nosso lado, pois essa frente é o PT".

Ao falar, Lula deixou claro que a unidade dos setores populares não passa pela união dos trabalhadores com os Bardella, os Hugo Abreu da vida, num MDB que já falido na maioria dos estados, mas sim pela defesa do pluri-partidarismo e da liberdade de organização para todos os partidos. "Nossa proposta não é criar um partido dentro desta reformulação partidária que o governo tenta impor, mas formar um movimento para lutar pela ampla liberdade de organização explodir com esta reformulação partidária". Para Lula, quem vai acabar com o MDB não é o Figueiredo, mas o povo pois o PT não é uma resposta institucional, mas sim uma necessidade real dos trabalhadores.

José Ibrahim foi enfático em afirmar que a luta pela legalização do PT vai se dar é através do movimento de massas, pelo acirramento da luta de classes. Paulo Skromov lembrou que "assim como era proibido fazer greve neste país e nós fizemos, assim também vai ser com o PT: é proibido fazer partido de classe, mas nós construiremos o PT na marra".

Queremos um partido para militância

Na verdade, o fortalecimento da proposta do PT com a onda de greves que percorre o país desde maio de 78, foi ressaltada por vários oradores, especialmente os mais ligados aos movimentos operários de base. A grande preocupação destes setores era justamente com a organização do movimento pró-PT, com a garantia de democracia pelas bases e com a liderança do operariado sobre o movimento. Lima, presidente da chapa 2 dos rodoviários do Rio afirmou: "se o trabalhador estivesse organizado em 64, a reação não tinha vencido". Para Gilson, da oposição dos metalúrgicos, "Partido do Trabalhador é aquele que o próprio trabalhador o forja, o próprio trabalhador o faz". Outra reivindicação manifesta das bases é que o campo de atuação do PT vá muito além do parlamento: "precisamos de

um partido de militantes e não um partido parlamentar", insistiu Lia, da oposição dos rodoviários.

Um balanço dos três encontros do Rio necessariamente será positivo, não só pelo número de participantes - 1500 em Madureira, 400 em Nova Iguaçu e o mesmo em Volta Redonda, mas também e principalmente, por representar um passo importante na dinamização da proposta do PT no Rio. Além disso, ficou constatado na prática que esta proposta encontra ressonância entre os trabalhadores, especialmente devido a seu caráter classista.

Porém não resta dúvida de que este movimento ainda terá que passar por muitas provas, mesmo porque esta idéia forte pode atrair oportunistas de toda a espécie que procuram somente uma nova legenda para continuar práticas parlamentaristas sem nenhuma ligação com os movimentos operários e populares.

O PT no sul

Depois de uma relativa arrefecida, o Movimento pró-Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul retoma sua articulação. Para dar uma reestruturada nos trabalhos, convocou-se para o próximo dia 21 uma plenária estadual de todos aqueles que se inscrevem na perspectiva do PT. Na ocasião será feito um balanço da articulação, serão decididas novas formas organizativas e os próximos encaminhamentos.

A pauta constante da convocatória é a seguinte:

1. A situação nacional e a construção do PT
2. Relatos da experiência nacional do PT
3. Relatos da experiência regional do PT
4. Tarefas do PT e questões organizativas

A reunião irá das 9 horas da manhã até as 18, com almoço no próprio local — Igreja Nossa Senhora da Pompeia.

O PT forçará a frente única

"Além disto, acrescenta Paulo Skromov, é importantíssimo que se defina logo em eixo de campanhas que o PT assumirá prioritariamente, como, por exemplo, a luta contra o projeto de reajustes do governo. Pois, o partido crescerá mesmo é nas lutas que desenvolver. Além do que, diante da conciliação que hoje grassa nas oposições é vital que o PT saia logo a campo, chamando os demais setores comprometidos de fato com os trabalhadores para uma frente única de classe, alternativa às propostas de frente ampla hoje em curso".

"Enfim, arremata Olívio Dutra, não podemos nos dobrar ao ritmo daqueles que tanto na direita como na esquerda tradicional acham que dirigentes sindicais somente devem cuidar da atividade sindical, enquanto eles cuidam de política por nós".

Ao que tudo indica, a reunião deve ter consequências. Depois de um certo período de indefinições, o PT sendo mantido em banho maria, agora parece que, diante do avançar da conjuntura, os dirigentes sindicais reconheceram que o tempo está contando negativamente, na medida em que outros setores ou forças estão tomando suas iniciativas. Assim, a questão agora é preparar propostas para a reunião do dia 13.

PT: partido tático ou estratégico?

Qual o caráter do PT? Estratégico ou tático? Parlamentar ou extra-parlamentar? Quando a idéia de construção de um Partido dos Trabalhadores já empolga milhares de brasileiros, uma contribuição para os debates.

por Marco-Aurélio Garcia

Poucos projetos políticos provocaram no Brasil uma polêmica comparável a que está suscitando a criação do Partido dos Trabalhadores. Se é normal o conservadorismo com que as classes dominantes vem reagindo frente à tese do PT, não deixa de ser lamentável, ainda que não surpreendente, a maneira pela qual setores da esquerda têm se pronunciado em relação a ela.

Para estes segmentos da esquerda brasileira, o Partido dos Trabalhadores apresenta um duplo inconveniente: estrategicamente, porque pretende criar um partido que, segundo pensam, "já existe"; taticamente, porque, "dividindo as oposições", contribuiria para a desintegração do MDB, que, também "já existe".

Convenhamos que não é fácil discutir com estes companheiros que já têm "seu" partido estratégico (ou o "embrião" dele) e que estão preocupados apenas (alguns nem isso) em depurar "seu" partido tático.

Para outros setores de esquerda, não possuídos de tantas certezas estratégicas ou táticas, a questão da verdadeira natureza do projeto do Partido dos Tra-

balhadores se coloca. Com estes e com todos os que se situam na perspectiva de formação deste instrumento de luta política é fundamental realizar uma discussão em torno do problema.

Dois movimentos

Uma correta abordagem da questão passa necessariamente pela constatação de que a constituição de um Partido dos Trabalhadores é o resultado de duas dinâmicas que são contraditórias entre si.

Por uma parte, o projeto do PT é a consequência das profundas transformações que se produziram no interior do movimento de massas nestes dois últimos anos e, de maneira mais particular, no interior do movimento operário e do chamado sindicalismo autêntico. A criação deste partido é incompreensível se não levamos em conta as greves operárias e toda uma série de movimentos sociais que têm marcado os últimos meses em São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Rio, etc. Apesar de uma marca muito corporativa em seu início e da persistência ainda de algumas ambiguidades na sua formu-

lação, o PT pode ser identificado corretamente como um movimento de baixo para cima.

Por outra parte, no entanto, a formação do Partido dos Trabalhadores se dá no quadro mais geral do projeto de reformulação partidária impulsionado pela ditadura que busca, no fundamental, uma redefinição das condições políticas da dominação capitalista no país. Movimento de cima para baixo, a reorganização partidária de Figueiredo não tem evidentemente nem o direito de livre organização, nem mesmo a constituição de um instrumento que seja capaz de servir de expressão dos interesses dos explorados e oprimidos desta sociedade.

É a partir desta dupla e contraditória dinâmica que se colocam as questões do caráter institucional ou não do PT e de sua natureza estratégica ou tática. Antecipemos, desde agora, que a maior parte das respostas dadas a estas duas questões não têm feito mais do que levantar falsos problemas.

Se o PT viver e se constituir e se em sua constituição se expressarem as expectativas que em torno dele existem no movimento de massas, o Partido dos Trabalhadores será essencialmente um partido

extra-parlamentar. Esta característica de organização não-institucional independe, a nosso ver, do lugar que ele venha (ou não venha) a ocupar na reconstituição partidária. Se o PT não tiver lugar na reforma de Figueiredo — o que é quase seguro — ele deve estar pronto para existir como movimento não-legal, mas nem por isso clandestino, no limiar da institucionalidade. Sua existência e sua real representatividade (não aquela que lhe seria outorgado pelo casuísmo autoritário) serão a prova evidente do fracasso da reforma política do governo, recolocarão na ordem do dia o problema da crise de representação política servindo, assim, não no sentido aventureiro, de elemento desestabilizador de uma ditadura que quer se passar por democracia. Tudo isto, ademais, não impedirá que o PT possa e deve realizar todas as incursões institucionais que se fizerem necessárias (e elas serão muitas), participando do jogo parlamentar, o que supõe uma inteligente política de alianças e/ou acordos circunstanciais com outras forças da oposição.

De outro lado, se o Partido dos Trabalhadores pudesse se constituir efetivamente em partido institucional, isto não deveria significar que ele assumiria o caráter de uma organização parlamentar. Em primeiro lugar, porque para o PT é fundamental o direito de todas as correntes políticas organizarem-se como partidos no país e, em segundo lugar, porque o compromisso seu é para com as bases sociais que vão criá-lo e não com uma instituição que lhe é irremediavelmente antagônica, ainda que com ela tenha que conviver durante um período mais ou menos longo.

Da mesma forma se coloca o problema da natureza estratégica ou tática do Partido dos Trabalhadores. Esta disjuntiva pode ser contornada de várias maneiras. Em certa medida por suas origens e em grande parte pela forma como ele é percebido pelos que se engajam hoje na sua constituição, o Partido dos Trabalhadores aparece como um instrumento através do qual os explorados e oprimidos pretendem resolver sua histórica crise de representação política. Crise que os projetos clássicos de partidos de esquerda depois de 1922 não só não resolveram como aprofundaram, da mesma forma que os velhos e novos esquemas populistas.

Contrariamente a seus fracassados predecessores, o PT pode surgir como um partido efetivamente nascido no interior do movimento de massas, expressando uma aspiração fundamental de não alienar os interesses populares seja em vanguardas auto-proclamadas seja em organizações que buscam apenas solidificar um novo pacto social entre explorados e exploradores.

O Partido dos Trabalhadores representa assim a possibilidade de que as massas se reapropriem da política, aprofundem e generalizem as incipientes manifestações de autonomia que hoje aparecem nas lutas sociais e façam de sua emancipação uma tarefa delas mesmas. Isto configura ao PT desde o início uma virtualidade estratégica que nenhuma discussão teórica, por mais douta que seja, poderá anular. Partido de trabalhadores, surgido de suas lutas, sem padrões nem caudilhos, o PT que mobiliza as energias e as esperanças de dezenas de milhares de pessoas hoje no Brasil coloca desde agora, o problema do socialismo, menos pela propaganda abstrata e doutrinária deste, de que pela ênfase posta na independência e autonomia do movimento popular.

É sempre bom lembrar que o socialismo é, antes de tudo, a auto-organização dos trabalhadores e a sua constituição como organismos de poder.

Mas o PT não pode esquecer que se constituirá num período e numa conjuntura dominada pelo fato de que a burguesia ainda exerce sua dominação através de um regime de ditadura militar, ainda que em crise, isto é, em transformação. E isto chama atenção para a magnitude das tarefas táticas a serem enfrentadas, isto é, os passos necessários para que os trabalhadores possam criar novas correlações de força que enfraqueçam ou neutralizem seus inimigos tornando mais viável a consecução de seus objetivos gerais. Isto passa necessariamente por uma paciente política de alianças, por compromissos, pela aceitação de conduzir a luta em terrenos que lhe são adversos. Somente aqueles que tiverem seus interesses históricos presentes e, ao mesmo tempo, se constituírem em forma autônoma e independente para garantir a preservação destes interesses, é que poderão marchar sem desvios pelos tortuosos caminhos da luta política no Brasil.

A perspectiva de formação de um Partido de Trabalhadores que seja a expressão de vastos segmentos da sociedade brasileira deixou de ser um desígnio, apresentando hoje uma potencialidade real. Desperdiçar esta possibilidade em nome de escolásticas discussões é o pior serviço que pode ser feito à causa da emancipação dos trabalhadores. Grave será se os responsáveis por esse desperdício forem justamente os que dizem lutar por esta emancipação. Tudo isto não significa confiar nas virtudes mágicas que per se o PT tenha. A constituição de um Partido de Trabalhadores é e será a luta. A sua particularidade, no entanto, é que dela podem e devem participar imediatamente milhares e milhares de homens e mulheres.

Com uma expectativa de votação de cerca de 400.000 eleitores numa população de cerca de 1,3 milhões de estudantes universitários, terminam hoje as eleições para a União Nacional dos Estudantes, iniciadas ontem e todo o país.

A proibição do governo, 48 horas antes do começo das eleições, ameaçando através de decreto da presidência da República com o afastamento das direções de Diretórios Acadêmicos que se vinculem à UNE, segundo a maioria das lideranças, não surtirá efeito. A não ser efeito positivo, funcionando como uma espécie de "incitamento a votar" em protesto diante desta ameaça repressiva. De fato, a atitude do governo ser viu até agora para promover as eleições, fazendo com que várias lideranças oposicionistas viessem a público solidarizar-se com os estudantes: Comitês de Anistia, parlamentares, dirigentes sindicais, todos repudiaram a medida tomada pelo governo.

A baixa votação esperada, bem como os problemas de corrupção eleitoral - a chapa Unidade, por exemplo, foi objeto de avaliação na comissão coordenadora do pleito, em virtude de haver usado material de propaganda além do permitido no regimento - certamente farão com que os estudantes avaliem melhor para os próximos anos, a conveniência do sufrágio universal como forma de realização das eleições. Pois os argumentos colocados a favor deste procedimento na época do XXXI Congresso de Salvador - maior participação e uma "aula de democracia na ditadura" - de fato não se verificaram.

As 5 chapas em disputa, polarizadas entre outros aspectos, na questão mais geral da reordenação partidária ora em curso no país, deverão conhecer os resultados da votação até o fim da semana, quando então terá se concluído o processo de reconstrução da UNE.

UNE: agora é apurar os votos

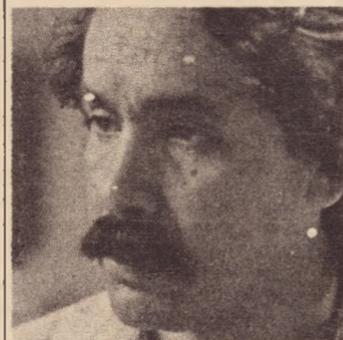
Os estudantes e os partidos

As posições defendidas por cada uma das 5 chapas na questão da reordenação partidária hoje em curso no país.

CHAPA	DEFINIÇÃO PARTIDÁRIA
MUTIRÃO	Partido Popular
UNIDADE	Unidade do MDB com depuração dos adesistas
NOVAÇÃO	Partido dos Trabalhadores
LIBERDADE E LUTA	Indefinida
MAIORIA	Indefinida



Lula



Olivio Dutra



Wagner Benevides

Aos estudantes que sempre se colocaram ao lado das lutas dos trabalhadores

Às vésperas das eleições para a UNE, dirigentes sindicais protestaram contra a ameaça do governo à participação estudantil e lançaram um apelo para que os estudantes participem do Partido dos Trabalhadores.



Jacob Britar



Paulo Skromov

"O país continua atravessando uma fase em que não se permite que a população participe das discussões daquilo que lhe interessa. O governo fala em reformulação partidária, porém diz claramente não acreditar a participação dos trabalhadores neste processo.

O governo deseja criar partidos de seu interesse, enquanto os oportunistas falam em criar partidos de nosso interesse, o que temos certeza não ser verdade. E nós, trabalhadores, desejamos criar o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, um canal que nos permita manifestar, expressar e agir politicamente.

Aos estudantes que sempre se colaboram ao lado das lutas dos trabalhadores, conclamamos a que venham discutir a criação do Partido dos Trabalhadores, por acreditarmos ser ela consequente e, uma forma de superar a alienação política que vem sendo destinada à classe trabalhadora.

Entendemos que o debate sobre a construção do PT no setor estudantil é importante, uma vez que os estudantes também lutam para que os trabalhadores tenham acesso à Universidade para que ela não permaneça um local de privilegiados."

Assinam a nota, Lula Inácio da Silva (Lula), Olivio Dutra, Paulo Skromov, Jacob Britar e Wagner Benevides.

Metalúrgicos paulistas

A Campanha avança milímetro por milímetro

Mas pode dar saltos que exigirão muito das lideranças mais combativas, é o que afirma a Oposição Sindical, que vem assumindo um papel de destaque na atual campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo, em entrevista exclusiva ao EM TEMPO.

Por Tom Duarte

A ratificação de que o índice de reajuste pretendido pela categoria é de 83 por cento sobre os salários atuais (a diretoria do sindicato havia tentado passar, na ata, que ele seria referente aos salários de maio), a criação de um novo comando, o da região sudeste (Ipiranga, Cambuci, Anchieta e Sacoman), com direito à indicação de representantes nas comissões de negociação, redação e contatos, foram as principais vitórias obtidas pela Oposição Sindical na última assembleia dos metalúrgicos de São Paulo, realizada no domingo, 30.

Perto de 1.500 trabalhadores estiveram presentes à assembleia, a terceira da atual campanha salarial que reúne também os metalúrgicos de Osasco e Guarulhos. Todos ouviram com atenção os informes dos quatro comandos regionais até então existentes (Norte, Sul, Leste e Oeste), bem como do presidente da comissão de negociações. Este último, relatou aos presentes a tática de enrolação dos patrões, que esperam ganhar tempo até o dia 20 de outubro, quando esperam a aprovação da nova política de reajustes semestrais, enviada pelo governo ao Congresso. Na sua opinião, apesar de as negociações estarem na fase preliminar - elas chegarão a bom termo, devendo os trabalhadores considerarem com atenção a necessidade de apelarem à greve geral da categoria.

Uma nova assembleia ficou marcada para o domingo, 14 de outubro, prévia à uma assembleia conjunta entre os sindicatos da capital, Osasco e Guarulhos, (que também aprovou o índice de 83 por cento e piso de Cr\$ 7.200,00) e posterior ao novo encontro com os patrões, previsto para o dia 8 de outubro.

Para discutir com os patrões, a OS apresentou três exigências: a realização dos encontros em local neutro, estabilidade para a Comissão de Mobilização e a presença da imprensa, como forma de evitar manobras e desrespeito às decisões das assembleias.

Em Tempo ouviu quatro operários das Oposição Sindical, participantes dos Comandos da Zona Sul (Clóvis, Silva e Stanislaw) e Leste (Franco), discutindo com ele, alguns dos pontos mais importantes da atual campanha.

ET - A Oposição Sindical tem afirmado que a Unidade Sindical se faz pela Base, rechaçando as articulações feitas pelos dirigentes sindicais que propuseram um índice de reajuste de 50 por cento como reivindicação das categorias que têm dissídio no segundo semestre...

Clóvis: Acho que é hora de se acabar com essa farsa de unidade sindical feita de cima pra baixo. A Unidade Sindical que queremos é aquela construída nas fábricas, construída pela base, com os companheiros que desenvolvem os embriões das comissões de fábrica. O que se vê é a maioria das categorias encaminhando reivindicações diferentes. Então, onde está essa unidade? Por isso, a gente tem que denunciar nas assembleias a forma com que a unidade sindical vem sendo colocada. Indo um pouco mais longe há alguns anos, um grupo de companheiros colocava a questão da Central Sindical e que hoje é também colocada pelos dirigentes sindicais, muitos deles comprometidos com a ditadura. Então, o meu grande temor é de que essa farsa da unidade sindical acabe virando uma Central também construída de cima para baixo. Com relação ao trabalho junto com a diretoria do sindicato muitos de nós temos ainda claro na lembrança a traição praticada pela diretoria na greve do ano passado. E o que a gente se pergunta é quando que o Joaquim vai puxar o tapete. O que temos visto - e que reforça essa preocupação - é que muitos diretores do Sindicato têm ido às fábricas desmobilizando a categoria pela luta dos 83 por cento aprovada pela assembleia.

ET - Como está a campanha, o trabalho das regionais e o estado de ânimo das bases?

Silva - A categoria teve uma experiência desastrosa no ano passado. Por isso, muitos companheiros estão com o pé atrás, não só com o sindicato, mas contra tudo, não confiam que exista alguma organização que leve-os à vitória. Com a proposta de comandos regionais que têm um grau enorme de autonomia - só respondem às assembleias, estamos avançando milímetro por milímetro, essa é a realidade. Mas a gente espera que haja um salto: e aí a gente terá que medir os passos por

quilômetros. Alguns comandos como o das zonas sul e leste estão se consolidando, têm reunido muitos companheiros, têm conseguido trazer bastante gente para as assembleias. Agora, temos claro que o índice de 83 por cento vai atingir o lucro do patrão. Então, todo o aparato repressivo do Estado poderá ser usado contra nós, deverão ocorrer prisões etc. como ocorreram no Rio de Janeiro e Minas Gerais mais recentemente. Isso nos leva a não pensarmos exclusivamente na greve da categoria dos metalúrgicos, a tentar unificar nossa luta não só com as outras categorias, mas com as lutas de toda a periferia, onde vivem os trabalhadores, com uma quantidade enorme de problemas e precárias condições de vida. Daí, essa necessidade de levarmos a luta numa perspectiva mais global e não nos restringirmos aos 83% de reajuste ou ao piso salarial de Cr\$ 7.200,00, etc., mas ficarmos abertos a outras de caráter mais amplo.

ET - Como vocês vêem o comportamento dos patrões, tanto nas negociações, como dentro das fábricas?

Silva - Eles estão tateando, estão procurando verificar com quem deverão negociar, quem será o interlocutor válido e fala em nome da categoria. Nas fábricas, eles incentivam as demissões, como é o caso da Wapsa, da Fiel, como forma de atemorizar os trabalhadores. Os patrões também buscam ganhar tempo, até que seja aprovada a nova política salarial, que é uma cartada importante para eles, para tentar segurar os trabalhadores. Mas podem cair do cavalo, porque a nossa greve, caso saia efetivamente, pode significar a derrubada da política salarial do governo, dos ministros do Trabalho e do Planejamento, etc.

ET: Caso os patrões se mantenham intransigentes, há a possibilidade de decretação da greve? Como os trabalhadores estão se preparando?

Stanislaw: Vamos ter que modificar todo nosso trabalho anterior. Uma das coisas é o funcionamento dos comandos, num processo de politização mostrar aos trabalhadores o que é a política salarial do governo e o que é a tirada de uma greve nas atuais condições, preveni-los da necessidade do piquete, mostrar-lhes que o enfrentamento que vai ocorrer este ano será superior ao do ano passado. Isso, ao lado de assembleias massivas, é que vai realmente desenvolver esse trabalho de esclarecimento, que não fique restrito apenas a um setor mais avançado da categoria, mas que atinja o maior número possível de trabalhadores. Além disso, acredito que hoje não está em jogo apenas a questão da greve dos metalúrgicos, mas se coloca para os trabalhadores a questão da própria organização sindical futura que queremos, desatreladas do Ministério do Trabalho.

Silva

«Com a proposta de comandos regionais, que só prestam contas às assembleias, estamos avançando».

ET: Apesar de estarem incluídas no elenco, praticamente não se tem falado das reivindicações de delegado sindical e comissões de fábrica. A que se deve isso?

Franco: A nível de assembleias tem existido realmente uma falha, ao não se colocar mais claramente a importância e necessidade das comissões de fábrica, uma reivindicação que colocamos ao longo da trajetória da Oposição. Entendemos que o sindicalismo só avançará, se desatrelará do Ministério do Trabalho, independente do ponto de vista político e de seus objetivos, no momento em que sua organização ultrapasse o simples prédio do sindicato. Além do atrelamento, outro problema sério é que a direção do sindicato é entregue a 5 ou 6 diretores, sem organismos onde os trabalhadores possam constantemente se reunir e opinar e, conjuntamente com a diretoria, traçar as diretrizes para a categoria, como seriam as comissões de fábrica eleitas pelos próprios trabalhadores. Embora não se tenha colocado essa questão nas assembleias, a nível de comandos nós estamos encaminhando, colocando como fundamental as comissões e o delegado sindical, com estabilidade. Mas, em todo o caso, é certo que temos que aumentar a agitação sobre os delegados sindicais e comissões nas assembleias, em documentos, para popularizá-las frente à categoria. Porque, sem essa organização, será impossível encarar uma greve.

Franco:

«O sindicalismo só avançará no momento em que sua organização ultrapassar o simples prédio do sindicato».

Conselhos comunitários

A Prefeitura vai controlar os movimentos de bairros?

A Prefeitura de São Paulo resolve criar os Conselhos Comunitários e os movimentos populares se debatem com a questão: conquista popular ou órgão de controle das lutas dos Bairros?

Por Silvio A. C. Bava

Novos caminhos

Em nome da "prática do fazer democrático", da "legitimidade do governo local" e manifestando-se contra a "ação tecnocrática da Municipalidade", o prefeito Reynaldo de Barros acaba de decretar, no dia 12, a criação dos Conselhos Comunitários - órgãos que congregam as "forças comunitárias" em cada uma das 17 Administrações Regionais (ARS) e elege o Conselho Comunitário de São Paulo, diretamente ligado ao Gabinete do Prefeito.

Criados com o propósito de auxiliar a Prefeitura na solução dos problemas da cidade, especialmente da periferia, os Conselhos deverão encaminhar suas reivindicações às ARS e opinar sobre a elaboração do orçamento da Prefeitura.

Cada Conselho Comunitário será composto por 2 representantes de associações de classe, 2 de clubes de serviço, 2 de entidades sociais, 6 de movimentos sociais religiosos e 3 de sociedades amigos de bairro. Dentro de 3 meses estes Conselhos deverão estar funcionando.

Surpreendidos pelo decreto que cria órgãos de representação popular, os participantes dos movimentos de bairro discutem hoje o caráter dos Conselhos Comunitários. Será uma forma de controlar as mobilizações populares obrigando-as a encaminharem suas reivindicações deles? Ou finalmente o governo atende a uma velha reivindicação e agirá de acordo com as necessidades populares? Os Conselhos são mais um espaço de luta que se abre ou devem ser boicotados?

A questão fundamental é de como um governo que não tem a legitimidade de ter sido eleito pelo povo consegue realizar a administração de uma cidade do porte de São Paulo absorvendo as pressões políticas das reivindicações populares.

Essa questão tem atualidade na medida em que cresce o movimento de massas e as reivindicações populares. O governo não tem meios de controlar essas pressões. Ele enfrenta uma infinidade de movimentos regionais, espalhados pela cidade, que reivindicam a solução dos problemas mais prementes de cada bairro.

A solução adotada até agora pelo governo local tem sido ignorar as pressões populares e reprimir os movimentos mais amplos, o que faz a Prefeitura se distanciar ainda mais da população e provoca, a cada vez, uma maior pressão política por parte dos trabalhadores. Não é demais lembrar os últimos acontecimentos em São Luís, onde 12.000 pessoas travaram uma batalha de 20 horas com a polícia nas ruas da cidade. O motivo aparente deste conflito foi uma reivindicação dos estudantes para pagarem apenas meia passagem nos ônibus. Estes acontecimentos são indicadores valiosos do ponto a que chegaram as tensões sociais nos dias de hoje.

Movimentos sociais

A Prefeitura pretende criar o próprio interlocutor que o Estado está procurando para negociar. O Conselho passaria a funcionar

como um mediador entre as pressões de base e uma política da Prefeitura que visaria atender a apenas algumas das questões fundamentais das classes populares. A impossibilidade de a municipalidade atender às reivindicações específicas que se multiplicam em quantidades crescentes por toda São Paulo se explica por uma política de Estado mais ampla que não contempla as classes populares como prioritárias na distribuição da riqueza produzida.

Para a Prefeitura os objetivos da criação dos Conselhos parecem claros: tentar canalizar as reivindicações populares para um campo de negociação onde se esvazie a pressão exercida pelas mobilizações de base.

A política anti-social

Antes que a ditadura militar destruísse os canais de comunicação entre povo e governo, as reivindicações de bairro eram encaminhadas pelas sociedades amigos de bairro através de parlamentares. Estes, em troca de votos, defendiam os interesses do bairro. Constituíram-se os Plenários - órgãos que congregavam as SABs de uma região - que atingiram o número de 26 em São Paulo. Controlados em sua grande maioria por políticos, os Plenários todavia aumentavam o poder de barganha da população local e exerciam um papel importante na dinâmica democrática do período pré-64. Surgiu mesmo o Conselho Coordenador das Sociedades Amigos de Bairro do Estado de São Paulo, órgão máximo estadual desta entidades populares.

Com o esvaziamento do poder legislativo e a nomeação de interventores para prefeito da capital, a ditadura destruiu os canais de negociação que institucionalizavam o conflito e faziam com que as forças populares delegassem aos parlamentares a representação de seus interesses. O confronto passou a ser direto entre os movimentos populares e o Estado, entre os movimentos de bairro e a Prefeitura.

Neste novo quadro político os Plenários e mesmo as SABs perderam muito de sua importância e abriram espaço para que se criassem novas formas de organização popular nos bairros: comunidades de base da Igreja Católica, cooperativas, clubes de mães, associações de favclados, e uma infinidade de movimentos reivindicatórios espontâneos que fogem ao controle tanto dos políticos como do próprio Estado.

Se antes de 64, no interior de um jogo democrático, as pressões populares garantiam uma certa distribuição da riqueza social, os últimos quinze anos de nossa história estão marcados por uma política anti-social e repressiva que tem mantido amoldada a classe trabalhadora, sem canais de participação que permita protestar contra a extrema pauperização de que é vítima.

A criação destes Conselhos é mais um remendo que o governo propõe em sua prática anti-social. A solução destas questões vem sendo amadurecida pelos trabalhadores nas propostas de livre organização partidária e de eleições diretas em todos níveis.

Clóvis:

«A unidade sindical que queremos é aquela construída nas fábricas, pela base...»

BH e Contagem: parando na hora

Cândida Borges e Juarez Guimarães.

Depois de três dias enfrentando intensa violência policial o movimento estagnava. Percebendo que a continuidade da greve estava ameaçada, os metalúrgicos souberam o momento exato de voltar ao trabalho, impondo conquistas parciais aos patrões.

Reivindicamos um salário melhor e recebemos massacre, massacre, massacre. Foi pior do que em 68. O desabafo é do metalúrgico Joaquim, velho militante do movimento operário de Belo Horizonte, indignado com a violência policial contra a primeira greve geral da categoria nos últimos dez anos. Ao final do movimento grevista, após quatro dias da sua deflagração, havia mais de 60 metalúrgicos presos no Deops e vários feridos, um deles inclusive com traumatismo cerebral.

Mesmo com toda violência desencadeada, a greve conseguiu impor algumas conquistas parciais aos patrões: dos 80% reivindicados conseguiu-se um aumento salarial escalonado de 65%, não muito ruim se considerado que boa parte da categoria já havia conseguido reajustes nos meses anteriores; o piso salarial de 3.600 e 4.000 a partir de janeiro - a reivindicação era de 8.000 - superior à primeira proposta de 2.900 oferecida pelos patrões. Além disso, conquistou-se a validade do atestado médico do serviço do sindicato e a garantia do emprego à gestante até 60 dias após a sua licença médica.

Mas, o mais importante, é que, seguramente, o movimento metalúrgico de Belo Horizonte - Contagem saiu fortalecido dessa greve que paralisou 60% da categoria e que soube terminar no momento certo. Isto é, quando eram incertas as possibilidades de continuidade do movimento diante do crescimento da violência policial nos piquetes, da possibilidade de prisão das lideranças mais destacadas - como já havia ocorrido com o metalúrgico Ignácio Hernandez e com a provável decretação da ilegalidade da greve na segunda-feira. Acuado pela repressão que fez realçar as deficiências organizativas do movimento, a greve de Belo Horizonte-Contagem soube não ser derrotada sem ser plenamente vitoriosa.

A escalada da Greve

Na noite de quarta-feira, primeiro dia da greve, o saldo do movimento era bastante positivo. As informações centralizadas na comissão de salários davam conta de 42 empresas paradas, registrando receptividade à ação dos piquetes, voltados prioritariamente para a paralisação das fábricas maiores. A Belgo-Mineira, segunda fábrica da região, estava praticamente parada. Em compensação, na Mannesmann (15 mil trabalhadores), na qual as próprias lideranças depositavam esperança de uma adesão total à greve, a paralisação era parcial. E esta fábrica que havia sido o palco da greve mais importante do primeiro semestre em Contagem, se tornaria, agora, o bastião da resistência dos patrões. Foi lá e na fábrica Eluma, que se registraram as cenas de maior violência, com a cavalaria e tropas de choque dispersando piquetes e levando à prisão sete metalúrgicos.

E, à noite, na entrada do turno das



Repressão na porta da Belgo



1ª Assembléia depois da greve decretada

22:00 horas de quarta-feira, na Mannesmann, a violência policial atingiu o auge. Vários feridos e muitas prisões foram o resultado do choque entre a polícia e os grevistas obstinados em parar a maior fábrica de Belo Horizonte-Contagem. Durante a madrugada e nas primeiras horas da manhã de quinta, o espectro da greve continuava a se alargar com a paralisação de novas fábricas como a SBE, Terex, Tracbel, Fichet e Toshiba. Começavam já a despontar formas de organização de base, grupos de quinze operários atuando em piquetes volantes e ágeis, diante das constantes investidas da repressão. Em assembléia realizada às 9:00 horas da manhã, no sindicato, o comparecimento era o mais massivo até então verificado enquanto os ânimos subiam diante da notícia da morte do operário Guido Leão em Betim. "Parar a Mannesmann", foi a palavra-de-ordem mais aplaudida pela assembléia e mais enfatizada pelas principais lideranças do movimento.

A força dos patrões na Mannesmann, no entanto, era maior do que se pensava. Contando com estoques estrategicamente guardados em garagens na periferia da cidade, forçando os operários a triplicarem os turnos (os trabalhadores que se encontravam dentro da fábrica quando da deflagração da greve não encontraram os seus cartões-de-ponto e foram obrigados a trabalhar durante 48 horas seguidas), e neutralizando a ação dos

piquetes com o forte aparato da repressão, as máquinas da empresa continuaram funcionando, mesmo nos momentos em que o número de grevistas atingia os 60%. Enquanto isso, continuavam as prisões, atingindo, já a esta altura, cerca de cinquenta metalúrgicos. Sexta-feira na medida em que aumentava o número de prisões, o movimento entrava em um período de estagnação. Em algumas fábricas, onde se registrou adesão total à greve no primeiro momento, começavam a se verificar retornos parciais ao trabalho. No terceiro dia de greve, o movimento principiava a manifestar fraturas em sua estrutura organizativa: preocupados em criar formas de organização mais ágeis, como os piquetes volantes, e envolvidos no turbilhão dos acontecimentos, os metalúrgicos não contavam com organizações de base que pudessem enfrentar uma paralisação mais prolongada e nem com meios de comunicação mais efetivos.

Entre os metalúrgicos que ocupavam a direção do movimento, a sensibilidade para a constatação do momento crítico da greve era unânime. Assim, sábado de manhã, os milhares de metalúrgicos concentrados em assembléias no sindicato, amadurecidos pela sua primeira experiência grevista, souberam distinguir a indignação diante da violência patronal das condições de continuar a greve e decidiram, com raiva e com as cabeças levantadas, pelo seu fim.

A batalha de Betim Derrotando a polícia e os patrões

O exemplo dos operários de BH e Contagem contagiou os metalúrgicos de Betim, precipitando sua greve, prevista para a sexta feira, dia 28. Os trabalhadores da Krupp deram o primeiro passo, cruzando os braços logo após o almoço, na quarta, 25. Estava iniciada a Batalha de Betim.

por João Batista dos Mares Guia

A sobremesa do almoço de quarta-feira (26/9) foi indigesta para os patrões alemães da Krupp Indústria Mecânica, em Betim, Minas Gerais. Ao meio-dia, após a bôia, os 750 operários que trabalham no enorme galpão de usinagem, caldearia, elétrica, solda, jateamento, pintura, manutenção, transporte, mecânica e montagem, bateram os cartões de ponto e abandonaram a fábrica. Era o começo da greve. Na madrugada exatamente aos 38 minutos, foram os 10.500 trabalhadores da Fiat. E a greve continuaria a crescer com o apoio dos 3.000 funcionários burocráticos da fábrica de automóveis, ampliando-se na sexta-feira, (28/9), com a adesão dos 2 mil operários da FMB.

Desde a noite de terça-feira (25/9) o clima de greve começava a tomar conta da região industrial de BH, que abrange os municípios de Betim, Belo Horizonte e Contagem. Os 68 mil metalúrgicos destas duas últimas cidades entrarão em greve. Betim se agitou com a notícia.

Exatamente às 9 horas da manhã, os patrões das metalúrgicas locais assinavam o acordo salarial com o Sindicato dos Metalúrgicos da área, representado pelo presidente Nadir Pinheiro.

Na Krupp o assunto dominante era a greve de Contagem e a assembléia metalúrgica realizada no dia

anterior, convocada repentinamente pelo presidente Nadir, que deixou os operários da Fiat de fora, sem aviso e sem convocação. A atitude da Krupp, que cedeu 4 ônibus para os operários comparecerem.

A assembléia tinha causado inquietação e suspeita entre os trabalhadores. Durante a assembléia, Nadir Pinheiro pediu delegação plena para negociar com os patrões. Os trabalhadores da Krupp se negaram a aceitar que a proposta sequer fosse colocada em votação e denunciaram a exclusão da Fiat daquela reunião. Da FMB compareceram apenas 8 operários e da Ritz-Hance 3 operários de cada seção, escolhidos pelo sr. Ritz.

CHEGA A HORA DO ALMOÇO

"As 11 e meia apareceu no quadro de avisos uma nota comunicando que o acordo tinha sido firmado entre os patrões e o sindicato. Aquilo pareceu aos companheiros uma grande traição. Isso abalou a todos nós da Krupp, que nos sentimos jogados pelo presidente do sindicato como traidores de uma classe. Então os 750 operários resolveram com consciência e espontaneidade que iam parar ao meio-dia".

Os três operários indicados pelos trabalhadores para representarem a Krupp na Comissão de Negociação com os patrões são, nesse momento, chamados

para uma reunião com a diretoria da firma. Foi dito que a greve estava começando. A Krupp ameaçou punir e demitir. Afirmou que ia acabar com a organização operária dentro da fábrica. Os três da comissão chegam ao galpão de produção. Ali mesmo é feita uma assembléia. A greve é aprovada. Todos abandonam a fábrica, formando o piquete em frete a portaria de acesso à empresa.

A tarde, dois membros da comissão foram chamados ao serviço pessoal. As demissões deles estavam prontas. Queriam que eles assinassem. Não assinam. Lá fora, no piquete, fica acertado que ninguém compareceria ao serviço do pessoal. Fica decidido também que só através da comissão é que os grevistas se pronunciariam.

Chega o segundo turno e adere à greve. No fim da tarde, a saída dos funcionários de escritório, o piquete faz comícios no interior dos ônibus nos quais são levados até Belo Horizonte. Os patrões chamam a polícia militar e 50 soldados chegam para montar guarda na portaria da empresa. Novamente a direção da Krupp chama a comissão, apenas um membro, para uma reunião à noite. Ele vai acompanhado por um diretor do sindicato. Na reunião a Krupp se retratou. A demissão foi cancelada. Ninguém seria demitido. Era a primeira vitória da greve.

A Fiat em pé de guerra

Durante o enterro do operário, na sexta-feira, 27, era denunciada a infiltração de dois policiais no sindicato de nomes Paulo Jacinto da Silva (rua Orleans, 398) e Jair Vicente de Araújo. Na quinta-feira um deles sugeriu que os piquetes se armassem para responder à polícia a bala.

Ficava clara a manobra: a repressão estava mudando a tática. Depois de matar um pedreiro e um metalúrgico, a Polícia Militar provocava a morte de outro operário enquanto agentes infiltrados provocavam um choque armado entre operários e repressão, para que a polícia militar pudesse fazer uma chacina.

Os policiais sumiram do sindicato, onde tinham sido introduzidos com a colaboração do presidente e do vice-presidente do sindicato, e do advogado Amauri. Ligado aos patrões e a polícia.

O maior piquete do Brasil

Em meio à batalha da Fiat chegam os 4 mil operários do turno das 6 horas. Imediatamente é formado o maior piquete do Brasil: 8 mil trabalhadores bloqueiam os portões da empresa. O presidente do sindicato chega de automóvel. Fala aos policiais, que se afastam, entra no carro e não diz uma palavra de estímulo aos trabalhadores, dispendo-se a abandonar o piquete, os operários cercam o carro. A liderança consegue fazer com que o carro saia. A greve e a batalha ultrapassaram a Fiat. Os operários de Timinas, da Sicma, VR Transportes e das empreiteiras entram em greve por algumas horas. As provocações prosseguiram. Em poucas horas aconteceram 30 choques entre PM e operários, dois para-brisas de carros da PM foram quebrados e alguns soldados saíram feridos. As reações operárias eram estritamente de auto-defesa. A PM estava orientada para provocar uma chacina.

Um operário desabafa: "sou casado, tenho filhos, 21 de idade e 3 anos de Fiat. Ganho 3 mil. A mulher e meus dois filhos moram com meus pais em João Monlevade. Ela não convive bem com eles. E só posso ver minha família uma vez por mês porque não tenho dinheiro. Moro alugado, pago Cr\$ 1 mil por um quartinho. Só como uma vez por dia e nunca tomo café. Só a comida da fábrica. Daqui pra frente eu morro, por essa luta. Por meus filhos e por meus colegas. Tô dormindo no sindicato e dali saio é para lutar pela classe".

A tarde, depois da batalha, os operários fizeram uma assembléia. Eram 4 mil pessoas. Um operário, sindicalista experientado, fala sobre ela: "foi a mais triste de que já participei. Nunca vi tanto companheiro chorando: uns por revolta pela injustiça da PM, outros abatidos por causa da traição do presidente do sindicato. A gente via que ali estava uma greve que não foi inflada, uma massa que quis a greve e fez greve, greve de operário consciente do que está fazendo, de gente que não aceita decisão tomada pelas suas costas".

Nessa tarde chegava a Betim o secretário-geral da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de Turim, Antonio Buzzigoli, a convite do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, para observar a exploração praticada pela Fiat. Encontrou a greve. Ele denunciou na assembléia que a Fiat não cumpre um acordo firmado em 1977 pelo qual ela deveria aceitar a liberdade sindical em todas as suas fábricas fora da Itália, por exigência dos metalúrgicos da Fiat de Turim.

Disse ainda, em entrevista ao **EM Tempo**, que o salário médio da Fiat de Turim é de 500 dólares (15 mil cruzeiros), enquanto que no Brasil é de apenas 130 dólares (4 mil). A Itália a jornada de trabalho dura 40 horas semanais. Na Fiat de Betim os operários trabalham 4 e mais as horas-extras obrigatórias.

No dia seguinte, sexta-feira (28/9) a imprensa atacou a presença do dirigente operário italiano. Mas nada disse sobre a violência policial. A greve desapareceu do noticiário. Mas estava crescendo. À tarde, os 3 mil funcionários de escritório e os chefes da Fiat entraram na fábrica para receberem os salários esair. A FMB entrou em greve depois que os 2 mil trabalhadores receberam o mês. Mil operários da Fiat deslocam-se até lá em solidariedade. Encontraram a FMB vazia. Nem foi preciso o piquete agir.

As manobras dos patrões

A partir de abril e maio, lentamente o trabalho sindical foi sendo retomado nas fábricas. Era importante rever a greve do ano passado. A classe se sentia traída pela Federação dos Metalúrgicos, na pessoa do vice-presidente Jorge Noman Neto, ligado aos patrões. Todos sentiram a derrota na greve de 78 e voltar para as fábricas cabisbaixos e negando o sindicato. A maioria dos trabalhadores são jovens, nunca tinham feito uma greve, nem sabiam o que era uma greve. Achavam que sindicato era agência do governo. Na Fiat a maioria do pessoal é da roça. Desconhecem completamente o que é sindicato.

Nas discussões de fábrica o tema da greve foi retomado em meio à preparação para a campanha salarial de setembro-outubro. Na Krupp as discussões avançaram mais e os operários concluíram sobre a greve passada que ela tinha sido uma vitória. Que foi conseguida, a reivindicação de apenas um aumento no preço da comida, e que o TRT aprovou um aumento um pouco além do índice do governo, fato inédito no Brasil desde. Mesmo assim, os trabalhadores não confiavam no sindicato. Só com o início da campanha é que foi acontecido a redescoberta do sindicato. As assembléias começaram em Abril, realizadas numa igreja em Betim. No entanto, 45% dos operários moram fora de Betim. O problema era conseguido outro local. Ao mesmo tempo, 50 operários das fábricas maiores começaram a trabalhar dentro do sindicato, organizando as assembléias e o esquema de ônibus para transportar os operários às reuniões. Fundaram o jornal do sindicato e deram início à campanha de sindicalização. Assim transcorria o trabalho de fábrica, animado pelas publicações, jornais e pelos cadernos do CET, redigidos por operários e destinados aos trabalhadores de Betim, comente uma história em quadrinhos sobre a história da greve de 78 e sobre o sindicato da classe operária.

Em agosto foi lançada a campanha do dedo-duro nas fábricas. Todos foram denunciados. Os operários da Fiat já em agosto transformaram as portas dos banheiros em jornais murais. Dali passaram às paredes até que fizeram o "Jornal do Peão", utilizando completamente um paredão do interior da empresa. Crescia a organização por setor. São 21 galpões e a preocupação era a de fazer uma campanha salarial preparada dentro da fábrica e no sindicato.

Mas os patrões, além das listas negras e das dezenas de dispensas de operários mais combativos, tomaram a ofensiva no início da campanha, em setembro, uma assembléia operária (28/8) no Campo do Sete, elegeu uma comissão de negociação para realizar encontro com os patrões. Na opinião de um metalúrgico "a classe operária ainda não está preparada para oficializar uma comissão em assembléia. Oficializar não tem hoje nenhum sentido para a massa. Ela não entende e não dá importância a isto. Ela só reconhece é a atuação prática das pessoas. Além disso, esse papel da comissão nós podemos exercer dentro do sindicato".



A repressão motorizada saindo da Fiat



A repressão a cavalo saindo da Fiat

A história das comissões

O sindicato ficou desobrigado e jogou a responsabilidade pela campanha nas costas da comissão, até que o presidente fez acordo com os patrões contra os interesses da classe, ficando claro que a comissão não teve nenhuma participação nisso. A classe fatalmente elegeu - como elegeu - qualquer um que se apresentasse como candidato à comissão. Foi eleito um espíão do sr. Ritz e um puxa-saco da Fiat, de nome Dorival. O delegado da Ritz chegou a marcar um encontro com um representante da Fiat. Fste, ao chegar ao local do encontro, topou com o sr. Ritz, proprietário da Ritz-Chance, que tentou corrompê-lo.

A classe entrou todas as tarefas à comissão, desdeducando-se ao deixar de fazer uma luta que era dela. Os patrões queriam exatamente que a comissão cuidasse permanentemente de ficar negociando, com isso os representantes foram retirados de dentro das fábricas, e nas comissões sofreram todo tipo de pressão patronal. O peso caiu quase completamente nas costas da comissão uma vez que a diretoria do sindicato é fraca e abandonou a comissão durante as negociações. Assim, a comissão chegou a aceitar algumas manobras, como a negociação separada por fábrica e a proibição de negociar com desempregados, imposta pelos patrões. A negociação, por fábrica foi pedida pelos patrões da FMB.

Por fim, os patrões criaram algumas ilusões e conseguiram até mesmo semear desconfiança entre os membros da comissão, que não se entenderam durante a assembléia do dia 15 de setembro, da qual não saiu nenhum, proposta. Enquanto isso, os patrões habilmente enfiaram um "pacote" de propostas segundo as quais os operários teriam um aumento de 117% sobre o salário base de 78, aumento que seria integralmente pago até agosto de 1980. Os operários não foram na conversa, mas na comissão os patrões ficaram com a ofensiva. Um trabalhador da Krupp, que participou da comissão, reconhece que "os patrões se anteciparam. Não deixaram que a comissão mostrasse o seu trabalho, as pressões que sofreu, o desgaste psicológico, porque o trabalhador não está acostumado a sentir numa mesa de negociação. Mas os patrões se esqueceram de que o trabalhador está mais consciente. O problema do trabalhador tem que ser resolvido e agora".

Mas a manobra patronal, já derrotada nas assembléias, tentou se impôr através de um acordo sem valor para a classe. Os próprios patrões contribuíram para mostrar aos operários a fraqueza do presidente do sindicato, e os patrões aprenderam uma lição: os operários sabem o que querem e quem os representa. Portanto, os patrões terão que negociar é com os verdadeiros representantes da massa mesmo.

A Krupp, por sua vez, usou uma tática diferente: abriu inscrições para emprego na empresa. Assim, na segunda-feira, 1º de outubro, 120 operários, profissionais, em geral casados e desempregados há 5 meses, em média, dirigiram-se ao portão da fábrica. Lá estava o piquete. Os grevistas explicaram aos candidatos à inscrição qual era a manobra da Krupp, que tentava colocar operário contra operário. Mais tarde, a Krupp voltou atrás. Não abriu as inscrições mas pode usar essa arma a qualquer momento. Até agora, a arma mais poderosa dos patrões é a repressão, que passou a combater os piquetes volantes durante a madrugada, quando eles organizavam as paradas dos ônibus das empresas na rodovia de acesso a Betim, mas os piquetes transferiram-se para os bairros e ganharam a parada da repressão. A última cartada patronal foi o julgamento da greve no TRT, na tarde de segunda-feira, 1º de outubro.

O relator Luis Felipe Vieira de Melo, que goza de uma milionária mordomia no tribunal (seus parentes empregados no TRT recebem 700 mil mensais, conjuntamente) propôs a ilegalidade da greve. Por unanimidade o Tribunal votou condenando a greve, inclusive o juiz classista, representante dos trabalhadores, José Carlos Júnior.

Situação atual da greve

No oitavo dia a paralisação permanece total. Nas fábricas, os estoques de mercadorias estão curtos e acumula-se enorme quantidade de carga para despacho. As encomendas começam a atrasar. Os patrões terão que sentar na mesa de negociação, para dançar a música tocada pela greve. No início da semana, os operários decidiram manter a greve, forçar a negociação com as empresas, participar do ato público convocado pelo comitê de unidade em solidariedade aos grevistas e realizar a missa campal de 7º dia pela morte de Guido Leão. O ato, na terça, e a missa, na quarta, fortaleceram muito o movimento. Os operários estão firmes. Exemplo disso é um trabalhador que desde o início da greve não vai em casa para não abandonar o piquete e o sindicato. Recebeu um bilhete de seus filhos que dizia assim: "papai, nós estamos bem. Pedimos para o sr. ter bastante cuidado, nós precisamos do senhor, queremos te ver outra vez, com a gente".

Um beijo, Ubiratan, Gilmar, Danilson e Janaina". As vitórias já começaram a ser colhidas: os recusos da Krupp, a denúncia nacional e internacional da repressão e da exploração contra os operários e mais importante - a greve, que está firme.



Light

Continuam as demissões

Antonio Magri, o pelegão que preside o Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, conhecido como "Maciste de Kilowatt" já tem novo apelido: agora, ele é chamado de "Bokassa" dos eletricistas, tamanha sua indiferença diante das quase quarenta demissões de funcionários da Light, ocorridas após a campanha pelo reajuste salarial (uma das mais recentes foi a da psicóloga Cristina Souza Brito). Como o Piquetão já informou, o Magri não mexeu uma palha em defesa dos demitidos, alegando que a Light "tem poder de mando": isto é, pode demitir quando quiser.

E para o pelegão, até que as demissões são convenientes, daí sua convicção ou, no mínimo, omissão: quase todos os demitidos são elementos combativos que a médio prazo, ameaçariam a sua posição no Sindicato. E as suspeitas aumentam quando se sabe que no Rio de Janeiro, onde os eletricistas realizaram campanha idêntica pelo reajuste na mesma época que São Paulo, houve apenas uma demissão.

Cosipa

Recusa às migalhas

Os trabalhadores da Cosipa, filiados ao Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista, presidido por Arnaldo Gonçalves, não estão dispostos a aceitar a contraproposta feita pela Cosipa que ofereceu apenas 20 por cento de antecipação em setembro e dois por cento em outubro, enquanto eles exigem 30 por cento. Essa decisão, tomada em assembleia realizada no último dia 26, foi acompanhada de outra que visa boicotar uma série de atividades promovidas pela empresa. A primeira delas, é negar-se a participar do torneio de futebol que a Cosipa promove todos os anos entre seus empregados.

Araguaia

Resistência ao latifúndio

Conceição do Araguaia, no sudeste do Peru, onde se desenvolveu a guerrilha no período 1972/75, vive uma situação explosiva, novamente, envolvendo posseiros e latifundiários Polícia Militar. É que os trabalhadores resolveram reagir contra o desalojamento de suas terras promovidos por empresas do Sul, como Açoes Villares, Bradesco, Bamerindus e Nixford, voltando a ocupá-las. Alegando a existência de infiltração comunista, as empresas não têm vacilado em insuflar a Polícia Militar contra os

posseiros que já começou a atirar bombas contra a população e vem promovendo todo tipo de arbitrariedades.

Bancários PA
Luta contra demissões

Os patrões agiram rapidamente em represália à greve dos bancários de Porto Alegre, demitindo perto de 400 trabalhadores até agora (o Bradesco ocupa o primeiro lugar, com 150 demissões, enquanto que no Nacional a cada dia ocorre oito dispensas. A reação dos bancários já começou, a peregrinação de Olívio Dutra, logo após sua libertação a quase todas as agências incentivando seus colegas a resistirem. Um passo concreto foi a decisão de todos os demitidos na Justiça do Trabalho com uma ação reclamatória, nos próximos dias. Além disso, eles esperam que o dissídio seja julgado pelo TRT para tentar obter estabilidade de 120 dias para os grevistas, já concedida aos grevistas do interior do Estado.

Os bancários, que já arrecadaram Cr\$ 91 mil para o Fundo de Auxílio ao Grevista Demitido, contam com um novo aliado na bancada do MDB, na Assembleia Legislativa: os deputados ameaçam rejeitar qualquer projeto enviado pelo governador Amaral de Souza ao Legislativo caso se confirme o "facão" no Banrisul, controlado pelo governo estadual.

Contagem

A caminhada da saúde

Cerca de quatro mil moradores da região de Água Branca, no município de Contagem, em MG, realizaram no último dia 23, uma passeata de dois quilômetros, chamada "caminhada da saúde". O movimento foi organizado pela União de Defesa Comunitária que congrega os bairros de Jardim das Oliveiras, jardim dos Bandeirantes, Eldoradinho, Água Branca e Daril Vargas, com o objetivo de denunciar as péssimas condições de vida e reivindicar a implantação imediata de rede de esgoto e água.

Vitória

Na greve do papel

"Uma vitória absoluta, porque conseguimos tudo o que a categoria reivindicava", foi o que afirmou João Carlos Batista, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Papel e Papelão de Guaíba, cidade próxima a Porto Alegre, depois da greve que paralisou por dois dias praticamente toda a categoria (composta por 1.900 operários). Riocell, Pedras Brancas e Mellita

foram as três fábricas que pararam e cujos patrões acabaram concedendo aumentos escalonados que variam de 60 por cento (para os que ganham até quatro salários mínimos), 56 por cento (entre quatro e sete salários), 52 por cento (sete a 10 salários), 48 por cento (entre 10 e 20 salários) e 46 por cento para os que ganham acima de 20 salários. Além disso, eles conseguiram três delegados sindicais com estabilidade por um ano, por empresa, e estabilidade por três meses para os 55 membros do comando de greve.

Professores

Aceitam contra-proposta

Os professores da rede de ensino privada do Rio Grande do Sul, mesmo afirmando que o que receberão fica muito aquém de suas aspirações, decidiram aceitar a contra-proposta patronal, durante assembleia que realizaram no dia 29, sábado. A partir de setembro, os professores do primeiro e segundo grau receberão 20 por cento de antecipação, enquanto os universitários receberão 15 por cento, descontentes no próximo dissídio. Mas o mais importante foi o início de uma ampla mobilização da categoria, que está partindo das bases através da experiência das Comissões Representativas eleitas nas Escolas, e da Comissão Especial encarregada junto à diretoria do Sindicato, de divulgar e preparar as assembleias e reivindicações. A comissão especial, por exemplo, está a todo vapor: já marcou uma reunião para o sábado, 6, às 14 horas na sede do sindicato, para propor a campanha de sindicalização e a mobilização para o próximo dissídio.

Assembleia popular

Na zona leste de SP

Aproximadamente 700 pessoas, participaram de uma assembleia popular realizada na Praça Santa Quitéria, no jardim Nordeste, no domingo, 30 de setembro. Convocada pelo Movimento por Melhores Condições de Vida dos Bairros que aglutina o Jardim Nordeste, São Nicolau, Vila União, Paineiras, Santa Luzia, Jardim Coimbra e a.A.E. Carvalho Baixa, todos bairros habitados por trabalhadores na zona leste da capital que realizou uma ampla campanha de mobilização, com dezenas de reuniões nas casas dos moradores, projeção de filmes e distribuição de 30 mil folhetos e 10 mil jornais. Os moradores da leste,

que convidaram representantes da Companhia Municipal de Transportes Coletivos, empresa de ônibus São José e Secretaria da Saúde, conseguiram arrancar algumas promessas, principalmente da Secretaria da Saúde: um médico para gestantes e um médico para adultos, serão deslocados para o Posto de Saúde do jardim Nordeste. Eles afixarão, também, no Posto, uma placa dizendo que "este posto de saúde foi uma conquista do povo através de sua comissão de saúde". Da mesma forma, o representante da CMTC se comprometeu a modificar o itinerário e aumentar o número de carros da linha Jardim Nordeste, e melhorar a situação dos moradores de São Nicolau (40 mil pessoas) que contam com apenas dois carros. Poucos dias antes, a Telesp resolveu dar "sua" colher de chá", instalando seis orelhões que servirão a uma população de aproximadamente 100 mil habitantes.

Foi aprovada, ainda, a realização de um ato público no final do ano com a participação de representantes de trabalhadores, Oposições Sindicais, Sociedades de Amigos de Bairros e parlamentares, quando será lançada e discutida a cartilha do Movimento por Melhores Condições de Vida dos Bairros".

Manoel da Conceição

Chega no dia 8

Manoel da Conceição, um dos mais importantes líderes camponeses do Brasil, está de volta. Ele chega, juntamente com dezenas de outros revolucionários exilados, no dia 8, segunda-feira, no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Receber Manoel é um dever de todos os que estão lado do movimento popular e dele fazem parte: aos 43 anos de idade, analfabeto e lavrador, ele tem uma longa trajetória de participação e organização de associações e sindicatos rurais no interior do Maranhão, que lhe valeram quatro prisões: a primeira em abril de 1964, em Pindaremirim, MA, a última em 1975, em São Paulo. Em 1968, ferido a bala, não recebeu tratamento médico adequado, tendo,

por isso sua perna amputada. Em 1972, seu sequestro pelos organismos de segurança desencadeou uma das maiores campanhas de solidariedade já feitas em favor de um preso político brasileiro, na Europa, Estados Unidos Chile.

Cerveja

Ameaça de lei-seca em SP

Quem gosta de uma «cerva» é bom ir reforçando o estoque pois no sábado, 6, os trabalhadores da antártica e da Brahma vão fazer assembleia geral e para discutir contraproposta dos patrões, e se as suas reivindicações (80% de entre outras) não forem atendidas, a greve é quase certa. A assembleia vai ser lá na sede da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação do Estado de São Paulo, na rua Conselheiro Furtado, 987, às 15:00 horas.

Trabalhadores rurais

Dissídio em SP

Os patrões do campo continuam brincando com as reivindicações apresentadas por cerca de 300 mil trabalhadores rurais, representados pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura de São Paulo (FEAAESP), por não serem filiados a sindicatos. Até agora, pela quarta vez consecutiva, eles não se dignaram a responder qualquer um dos 28 itens apresentados na pauta de reivindicações. Mas isso pode ser perigoso para os donos da terra: segundo Roberto Horiguti presidente da FETAESP, o nível de consciência dos trabalhadores está aumentando. "Hoje, o trabalhador vai para a roça de rádio, escuta as notícias das greves nas cidades, se conscientiza. Vai ao sindicato, pergunta pelo dissídio e como deve se organizar". Daí, pode surgir a eclosão de uma greve geral no campo, para arrancar suas reivindicações na marra. No dia 15, segunda, eles voltam a se encontrar com os patrões, na DRT, em São Paulo.

A campanha dos metalúrgicos de São Paulo por um aumento de 83% está a todo vapor. Nela, a atuação da Oposição Sindical unida tem um papel decisivo imponham os interesses dos patrões à categoria. Colabore com a Oposição, enviando contribuições para ajudá-la sustentar esta luta.
REMETA QUALQUER QUANTIA EM DINHEIRO OU CHEQUE NOMINAL à EDITORA APARTE S/A, RUA Mateus Grau, 57 — Pinheiros — Cep 05415 — São Paulo — SP.

As greves da semana

Setor	Local	N.º de grevistas	Reivindicações principais	Duração	Resultados
Metalúrgicos	B.H. e Contagem	30 mil operários	80% de reajuste e piso de 8.000,00	De 26/9 a 29/9	Disco de reajuste escalonado de 3.600,00 a partir de agora 4.000,00 a partir de janeiro.
Metalúrgicos	Betim	700 operários	as mesmas e mais destituição da Diretoria do Sindicato.	De 26/9 a	-----
Metalúrgicos	Fiat-FMB-Betim	15 mil operários	as mesmas	De 27/9 a	-----
Metalúrgicos	Fortaleza	2.500 operários	80% de reajuste	De 1/10 a	-----
Metalúrgicos	Brasília	500 operários	70% de reajuste, escalonados	De 29/9 a	-----
Operários da Ind. de Papel, Papelão e Celulose	Porto Alegre	70% da categoria	62% de reajuste	De 26/9 a 29/9	56% de reajuste escalonado
Carreiros transportadores de veículos	São Paulo	800 trabalhadores	70% sobre o frete cobrado das concessionárias	De 26/9 a 1/10	65% de reajuste
Condutores de Veículos Rodoviários	Santos - Viação Santos	400 trabalhadores	25% de reajuste	De 1/10 a 2/10	12% de reajuste imediato e 13% de antecipação a partir de janeiro
Lixeiros, Motoristas e outros funcionários da Limpeza Urbana	Brasília	2.000 trabalhadores	70% de reajuste	De 26/9 a 2/10	-----
Trabalhadores canavieiros	Pernambuco	mais ou menos 15 mil trabs.	100% de aumento	de 1/10 a	-----

Uma novela pra valer

Comentário sobre a novela *Os Gigantes*, de Lauro César Muniz. Rede Globo, 20 horas.

Por Sonia Goldfeder

Mas este não é um sistema de livre concorrência? Ora, aqueles que estão contra mim, estão contra a livre concorrência e logo, estão contra o sistema, não é assim?"

Esta frase, dita pelo Sr. Novak, representante da Welksons, multinacional de laticínios que está se instalando em Pilar, cidade fictícia do interior do Rio de Janeiro, não faz parte de nenhum espetáculo de teatro ou de nenhum filme nacional. Trinta milhões de espectadores a ouviram no horário de maior audiência da TV brasileira, 20 horas, na campeã Rede Globo de Televisão. E numa novela. Trata-se de *Os Gigantes*, do consagrado Lauro César Muniz (*Escalada*, *O Casarão*, *Espelho Mágico*).

A princípio pareceu-nos ver a repetição em doses menores, da temática tão em voga feminismo e liberação da mulher — tecla em que vem batendo, de forma frustrada, infelizmente, a série *Malú Mulher*. Porém, Lauro César acaba de nos surpreender com uma profunda, séria e verdadeira exposição de dramas afetivos, éticos, psicológicos e sociais, que nos faz respirar com alívio diante da enxurrada de mediocridades e lugares comuns que continuam assolando o vídeo deste país.

A personagem central de *Os Gigantes* é Paloma (brilhantemente vivida por Dina Sfat), que rompe com os papéis sociais que lhe eram já pré assegurados (esposa, mãe, dona de casa etc., etc., etc.), e sai para o mundo em busca de um novo sentido para a vida. Paloma é a anti-heroína e até o momento, tem se mostrado como uma das personagens mais ricas e controvertidas que já surgiram em nossas novelas. Ela dificilmente preencheria um espaço de projeção simbólica do grosso do público (feminino e masculino) que a assiste.

Ela não corresponde às expectativas da mulher média - ela não anseia por uma vida dentro das regras do jogo; ela não é e não quer ser "normal", medíocre; ao mesmo tempo, ela não se comporta como uma "super-mulher", que de repente encontra soluções para tudo (erro em que os autores de *Malú-Mulher* estão caindo inoportunamente). Trata-se de um personagem que carrega profundas contradições, está em constante crise e conflito consigo mesmo; Paloma é um mito para aqueles que estão em torno, seja porque a amam,

seja por que a odeiam, mas contrariamente às expectativas é uma mulher frágil, em constante desequilíbrio - ela nos dá a impressão de estar sempre por um fio. Depois de desligar os aparelhos que mantinham em uma sobrevida o seu irmão gêmeo Fred, Paloma é acometida de uma crise de culpa pela qual decide expiar; para isso abandona o seu projeto de vida - é jornalista e correspondente em Roma - para voltar a viver em Pilar, cidade provinciana, de hábitos medíocres e moralistas.

Nova paixão

E neste momento o autor consegue atingir momentos dos mais felizes quando trata da questão da paixão e dos relacionamentos humanos daí decorrentes. Lauro mais uma vez rompe com o tratamento corriqueiro dado à questão no grosso das nossas telelâgrimas. Não se trata mais uma vez dos problemas das barreiras econômicas e sociais, a história do mocinho que só consegue se apaixonar por meninashas ricas, ou da moça rica cuja tara é

namorar menininhos pobres (vide *Marron Glacé* novela das 7 da Globo), ou do bandidão que dá o golpe do baú e depois não consegue mais agüentar a cara da mulher. Em *Os Gigantes* as relações amorosas não passam necessariamente pelo crivo seja do interesse seja das "paixões intransponíveis". Chico (Francisco Cuoco) e Fernando (Tarcísio Meira), apaixonados desde a infância por Paloma, com a súbita volta desta, atiram-se na reconquista da mulher ainda amada, para tanto abandonando os seus projetos (Chico desliga-se da noiva) e suas respectivas vidas construídas nos moldes exigidos (Fernando abandona mulher e filho). Se a primeira vista o esquema possa parecer repetitivo, seu desenvolvimento, até o momento mostra-nos o contrário. A procura do incerto, do inseguro, da paixão não correspondida, que se traduz muito mais numa imagem mística do que numa possibilidade atingível, mas que apesar de tudo é o único sentimento que traduz uma verdade para ambos, é que torna surpreendente essa novela para a linguagem televisiva brasileira. Acrescido a

fato desta paixão aparecer desprovida de motivos outros que não sejam a própria paixão. Neste percurso, Lauro César consegue proceder a um desmascaramento de uma série de instituições, entre as quais o casamento, o namoro por interesse, fazendo-o porém pelo avesso não os construindo como fazem seus malfadados companheiros de ofício, mas denunciando-os por um procedimento de destruição. A felicidade, se é que pode existir, mora ao lado, onde existe a quebra de convenções, onde as tradições são ultrapassadas para darem lugar a evasões pessoais mais autênticas.

Humor e seriedade

Num 2º plano, o do político, por assim dizer, vamos também encontrar em sua justa medida a questão do avanço das multinacionais, que começam a colocar em risco o pequeno produtor local, no caso a indústria de laticínios Lucas. Sem cair no jargão anti-imperialista, com humor e não menos seriedade, *Os Gigantes*, inteligentemente denunciados e ironizados, sobretudo pela velho Antônio Lucas, o proprietário da pequena empresa (magistralmente interpretado por Mário Lago), que num momento de fraqueza de seu filho Fernando, lhe diz: "Você que é velho. Velho e conformista".

Caberia mencionar ainda o tratamento audacioso dado às personagens, vividas, com raras exceções, com uma verossimilhança espantosa. Seria justo destacar Dina Sfat, fazendo Paloma num limite perigoso de impulsividade e forte carga psicológica, que ela mantém na medida certa de uma interpretação madura. Francisco Cuoco, excelente na não racionalidade de seus gestos e atitudes, na limpidez com que vive os conflitos do personagem Chico; Joana Fomm (Vânia), perfeita no papel de mulher abandonada; extremamente verossímil, sua interpretação é medida, minuciosa, chegando a nos oferecer momentos de rara poeticidade. Mário Lago como não poderia deixar de ser, vive com humor e sarcasmo a sua provável e próxima ruína provocada pelo avanço dos "Gigantes".

Vamos esperar, e ver para crer, se este bom nível se mantém até o final.



Dina Sfat (Paloma) não é e não quer ser «normal», medíocre.

A audiência de Os gigantes

Fonte: Grande São Paulo.
Dados: IBOPE. Dia 24/09, às 20:30, horário de *Os Gigantes*.

- Cultura — 0,0%
- Tupi — 15,3%
- Globo — 45,7%
- Record — 13,3%
- Gazeta — 0,7%
- Bandeirantes — 2,3%
- Desligados — 22,7%

Comparativo de audiência, novela das 20:00, na Globo

Novelas	1ª semana	última semana
O astro	46%	69%
Dancing Days	56%	61%
Pai Herói	57%	71%
Os Gigantes	57%	—

Uma conversa com o autor

Lauro César Muniz está com um ar cansado, próprio de quem tem que produzir seis capítulos semanais de uma novela que, além disso (é a primeira frase que nos diz) está lhe causando "muitos problemas". E estes problemas dizem respeito à Censura, que agora, depois da tão falada abertura, na qual ele também não bota muita fé, está se ampliando para outros níveis; atualmente a grande pressão sofrida pelo autor vem da parte dos patrocinadores do horário, que está lhe colocando obstáculos referentes ao tratamento da questão política de *Os Gigantes*. Lauro está sendo "aconselhado" a não se exceder na problemática das multinacionais. Pode fazer referências aos problemas decorrentes no jogo de mercados, mas jamais avançar a discussão ao nível dos conceitos. Lauro se sente neste momento extremamente cerceado, pois considera relevante não deixar as questões sócio-políticas atadas, reduzidas ao fato localizado, o que poderia, no seu entender, minimizar a sua discussão.

O povo brasileiro, nos diz, é dos mais desinformados, e Lauro que tem aproximadamente 30 milhões de pessoas assistindo diariamente o seu trabalho, se sente na obrigação, como criador e alguém que está extremamente preocupado com a realidade de seu país, a esclarecer problemas que dizem respeito a sua gente. Embora, não tenha nenhuma preocupação catequética, não seja filiado a nenhum partido ou corrente política precisa, não se conformar com a mutilação, a que está sendo submetido não podendo levar até o fim aquilo que pretende dizer.

Por outro lado, Lauro se sente bastante à vontade ao tratar as questões a

nível dos conflitos psicológicos e morais de *Os Gigantes*. Nesta novela, ele tem como objetivo procurar romper com o universo atávico desta nossa maioria silenciosa, atada a uma moral e a uma ética ultrapassada e rígida; quebrar seus padrões pequeno burgueses tradicionais, ou pelo menos fazê-la acordar um pouco para as suas problemáticas as mais cotidianas. Assim não há nos *Gigantes* nenhum casal constituído, nenhuma ansiedade para com o casamento, nenhuma busca de um modelo ideal de família. Existe uma procura, por parte de algumas personagens, de uma alteração, de uma revitalização de suas existências. Para Lauro, Fernando Lucas (Tarcísio Meira) é o personagem síntese desta busca: recusa-se a colaborar na desativação dos pequenos produtores nacionais; não aceita uma proposta de remuneração altíssima para ir trabalhar na sons, a multinacional; abandona a mulher e o filho pois não admite levar adiante um casamento já esgotado; vive uma aventura amorosa com uma quase adolescente na espera de poder concretizar a sua grande paixão de infância, ainda presente, embora para tanto deva se atirar no universo híbrido e nebuloso de Paloma. Fernando, diz Lauro, é uma personagem em mutação. E sem cair, positivamente, a nosso ver, em nenhuma figura heróica ou ideal.

Para ele, manter esta estrutura da novela, saindo dos mesmismos e chavões tão comuns no gênero, não lhe é absolutamente difícil, mas muito pelo contrário, é a única forma que encontra para ser fiel consigo mesmo enquanto autor.

No que concerne à forma como vem tratando as tramas e os conflitos dos personagens, Lauro faz questão de frisar que não tem sofrido nenhuma pressão por parte da direção da Globo e muito menos ameaças pela ligeira queda de audiência. Lauro não quer IBOPE, deixa isto bastante claro.

Ele foge dos padrões dos autores telenovalescos, embora não se considere atípico. E é mantido (ao contrário de seus companheiros que já caíram fora do "Esquema Global" - Jorge Andrade está na Tupi e Dias Gomes está neste momento à margem) mesmo assim, pela Globo. Sua hipótese seria de que a rede necessita em seu cast de um autor que dê impulso à inovação e que se recuse a saturar, mais do que já está, e a reacionar os velhos maceles telenovalescos. Quando Lauro centra a discussão dos *Gigantes* em torno da eutanásia, o faz exatamente com o propósito de partir para uma discussão mais universal, que não se limite a questões de momento, recurso fácil ao qual sempre apelam os autores de novelas.

Embora não considere negativo o seu trabalho na televisão, Lauro é antes de tudo um dramaturgo: "Eu também estou na televisão como uma forma de sobrevivência, diante de um teatro bastante marginalizado pela censura, um teatro castrado nos últimos quinze anos. Então uma possibilidade de exercer uma atividade semelhante ao teatro foi ir para a televisão (...) Eu não conheço ninguém no Brasil que viva de dramaturgia, ou seja, de seus trabalhos escritos para o teatro" (SG).



Na história da PO um pouco da

A fundação, em fevereiro de 1961, da Organização Revolucionária Marxista signo premonitório das profundas transformações porque passar² a esquerda

A Polap, como mais correntemente seria conhecida a nova organização, ainda que fosse um minúsculo grupo formado no essencial por intelectual e estudantes e muito poucos trabalhadores, representava, no entanto, um fenômeno novo num país onde praticamente toda a contestação de esquerda a hegemonia político-ideológica do Partido Comunista tinha partido de pequenos núcleos de inspiração trotsquista que, como seus congêneres do mundo inteiro, haviam passado mais tempo realizando sua "travessia do deserto", isto é, protegendo-se do verdadeiro cerco que lhe estabelecera o stalinismo trinfante, do que propriamente intervindo nas lutas políticas do país.

Tendo suas primeiras bases no Rio de Janeiro, em São Paulo e Minas Gerais, a Política Operária conseguiu unificar grupos de distinta origem, como a pequena Liga Socialista, de inspiração luxemburguista, de São Paulo, membros da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais, ex-trotskistas e egressos do PCB, muitos dos quais haviam rompida com o Partido de Prestes, no bojo da crise criada pelo "Relatório Secreto" de Kruschew ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, que no Brasil provocaria a saída do ex-tenente Agildo Barata, um dos líderes da insurreição de 1935.

"Trotskistas envergonhados"

No ambiente rarefeito do esquerdismo brasileiro de começos dos anos 60 é normal que os temas mais gerais e as referências históricas tivessem seu peso na vida do pequeno grupo que surgia, servindo-lhe como elemento de coesão política e ideológica.

A P.O. tentava fugir ao dilema stalinismo X trotskismo e para isso mergulhava na história do movimento comunista internacional buscando em Talheimer, dirigente do Partido Comunista Alemão, nos anos 20 e em Bukharin, bolchevique que Stalin mandaria fuzilar em 1936, suas referências mais profundas, além da

herança do Partido Obrero de Unificação Marxista, e POUM, que desempenhara um papel tão destacado durante a guerra civil espanhola, tendo sido, ao mesmo tempo, fustigado pelo stalinismo, (seu dirigente máximo, Andres Nin, foi assassinado por agentes da policia secreta soviética que agiam na Espanha).

Para muitos de seus críticos da época, no entanto, os polopistas não passavam de "traotskistas envergonhados". A mediocredade do ambiente de esquerda brasileira naquela época não permitida caracterizações mais rigorosas. Já para os trotskistas ("assumidos") que se agrupavam no pequeno Partido Operário Revolucionário P.O.R.) a Política Operária se transformaria em um alvo predileto, dentro da ética própria aos grupúsculos de atacar com mais violência àqueles que estão mais próximos. Anos mais tarde, outros trotskistas, nascidos no interior do P.O.C. Partido Operário

Comunista), para cuja a formação a Polop concorrera, dariam sua sentença definitiva, a P.O. sempre fora uma organização "centrista", isto é cometer um dos sete pecados capitais da revolução que era o de tentar fugir a uma definição clara entre o stalinismo e o tratskismo. A reivindicação da herança de Talheimer, Bukharin e Nin - todos os três "centristas históricos" era uma prova suplementar. É bem verdade que estas querelas de câmara eram estimuladas por um excessivo rigor ideológico de alguns dirigentes da P.O. no interior da qual parecia avultar um anti-trotskismo sistemático. É o caso daquele que exerceria uma gravitação ideológica incontestada na organização e que passaria para a sua história como Ernesto Martins.

Contra o nacionalismo

Ernesto Martins, cujo nome está ligado à elaboração dos principais documentos da Organização, desde o Programa

Socialista para O Brasil até os quatro capítulos do Aonde Vamos? (a alusão ao Que Fazer? de Lenin não pode passar despercebida) desempenharia um papel decisivo na crítica das concepções hegemônicas na esquerda brasileira particularmente, o nacionalismo. Já antes da própria formação da Polop, em julho de 1959, o número 1 da revista Movimento Socialista, estampava um artigo seu, sob pseudônimo de Eurico Mendes, intitulado Marxismo ou Apologética Nacionalista? A ele afirmava:

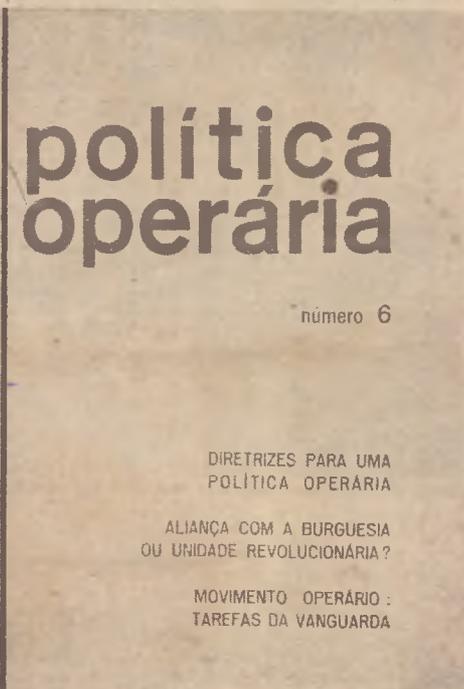
"Na prática, o dilema de nacionalismo ou internacionalismo se traduz na alternativa do Partido Nacionalista ou do Partido Operário. Deve o proletariado apoiar e se unir a um movimento da classe média, que, praticamente, ficará sob a direção da grande burguesia ou organizar-se independentemente com classe? As consequências da escolha são claras. Se aceitarmos o movimento nacionalista como solução, aceitamos a continuação da tutela burguesa sobre o movimento operário e a renúncia as reivindicações de classe do proletariado que só podem impor-se contra a burguesia nacional. Se aceitarmos esta solução nós nos conformamos também com a tutela da burguesia sobre o movimento "antiimperialista" que nessas condições só poderá ser escrito com aspas. Pois a nossa burguesia não é diferente de suas irmãs, que nasceram antes e seu nacionalismo tem as mesmas características pragmáticas e mercantis..."

Partindo da noção de "cooperação antagonica" formulada por Talheimer, E. Martins não minimizava as contradições que pudessem existir entre a burguesia imperialista e a burguesia brasileira, simplesmente não via nesta condições de integrar um verdadeiro movimento anti-imperialista.

Teses como estas apareciam como heréticas num cenário político e intelectual ocupado seja pelo nacionalismo declarado dos teóricos do



Política operária: órgão oficial da Polop



O E

O balanço de Raul Villa (*)

A REVISTA "Brasil Socialista" nº 7, difundida clandestinamente no país em 1977, publicou um artigo "Para um balanço da Política Operária", de autoria de antigo dirigente da Organização, então no exílio. Seu autor o apresenta como "em parte uma auto-crítica, em parte um esboço de balanço da PO (e do POC no período 68-69)... pois foi ali que vivi toda minha militância no Brasil".

Ele periodiza a história da Polop: "De 1961 a 64 a PO se enfrenta numa luta id. lógica contra o reformismo dominante. De 64 a 67 numa luta contra o reformismo em crise. Em 68 e 69 se lança a constituição de um núcleo partidário para buscar organizar as lutas da classe com a cisão de 70 a nova PO se lança numa prática obreirista até 72. 72 e 73 são anos de sobrevivência burocrática. A partir de 74 temos o doutrinarismo revisitado"

"Desenterrando o marxismo"

"A PO surge num ambiente de predomínio incontestado do nacionalismo e do reformismo. E no entanto, no momento mesmo em que surge já se esgotavam as bases materiais que os sustentavam. (...) Para a ideologia nacionalista o desenvolvimento industrial do país traria sua emancipação econômica (...) e liberaria as grandes massas da miséria causada pelo atraso rural (...) e pela espoliação

imperialista (...) A vitória de JK em 55 expressa a vitória dessa corrente, que vai desde o PC até o PSD. O predomínio dessa ideologia é tal que desaparecem de cena as próprias categorias marxistas de "exploração capitalista" e de "luta de classe".

Nesse quadro geral, diz Raul Villa, "ao fazer a crítica classista do desenvolvimento capitalista, ao desenterrar o instrumental do marxismo num quadro de abertura de crise capitalista de um lado e de desarme ideológico geral frente a ela de outro, a PO abre um grande espaço para o seu desenvolvimento. O POR trotskista, que hegemonizava a crítica de esquerda ao nacionalismo, será rapidamente superado pela presença da PO. Avançando-se sobre o momento histórico ela terá naturalmente um grande poder de atração. Mas tem a contra-partida: surgindo numa situação de tal indigência teórica e de tal atraso político e ideológico da classe operária, nós também partimos de bases muito débeis, tendo uma enorme distância a nos separar, seja do conhecimento concreto da realidade, seja da dinâmica específica do movimento operário e popular.

Mas esse potencial teórico "se fez para combater as teses reformistas dominantes mas muito pouco para orientar nossa prática. E o fato de que não era nossa prática que alimentava nosso desenvolvimento teórico, só

poderia reforçar os aspectos teóricos deste."

Face ao golpe

"Face ao golpe, os aparelhos reformistas caíram como um castelo de cartas e a perplexidade e a debandada dos dirigentes não será mais que a expressão da miséria de suas concepções. Abre-se um período de crise profunda do PCB. Os setores combativos passam a voltar-se conscientemente para as forças da esquerda revolucionária. É grande a atração da PO, que já havia apontado o destino da colaboração de classes. Se há alguns meses o monopólio reformista do movimento de massas lhe relegava a um papel de crítico de esquerda, agora a própria realidade lhe punha diante de tarefas que ultrapassavam de muito suas capacidades. Ressaltava sobretudo a defasagem entre o caráter amadorista da Organização e o lugar objetivo que ela passava a ocupar com a crise do reformismo. (...) O que fazemos para vencer a distancia e começar a assumir a condução das lutas?"

"Logo após o golpe, reunindo militantes passados à clandestinidade e núcleos de marinheiros e fuzileiros navais que se dispunham à luta, a direção procura organizar as bases para um foco guerrilheiro e, ao mesmo tempo, para a atividade conspirativa no interior das FFAA. Poucos meses depois, a partir de uma infiltração, a

quase totalidade dos quadros investidos nessa tarefa cai presa."

"Avaliando hoje as condições, daquele projeto de guerrilha, podemos ver que lhe guiava a típica ingenuidade voluntarista do foquismo, que espera o desenvolvimento espontâneo das massas teleguiadas por sua vanguarda iluminada. Apesar de que realmente existe no país uma grande reserva de massas descontentes, elas se encontravam desorganizadas e desorientadas e nós nem tínhamos uma política para sua organização e orientação".

"Além disso, a correção que se faz das improvisações e falta de segurança havidas em 64 nos empurra para uma concepção puramente aparatista: enquanto a maioria da PO. (...) aceita muito a contragosto as demandas de quadros e recursos para o setor militar, um setor especializado e compartimentado sob a direção direta do CN segue os preparativos. Tal desvio no interior de uma O. Ainda tão heterogênea e fluida, levará aos esvaziamentos gradual desse setor, com o abandono de quadros mal formados e desanimados com sua prática, sem ver ligação entre o que preparavam na conspiração e o que se passava na realidade do país. No começo de 66, a direção faz o balanço dos recursos políticos e materiais para a guerrilha e decide que ela deve ser vista

num prazo mais longo, constatação que não vai ao fundo de nenhuma das concepções que lhe haviam presidido".

Divisões internas

"Desde 65 atentando para o caráter democrático que assumia a oposição política ao regime, vários companheiros propõem que a PO assumia essa luta como meio de ligar-se ao movimento tal como se dava. Sua formulação tática se sintetizava na "luta por uma assembléia constituinte" enquanto objetivo mais radical da luta democrática. Apoiando-se nos problemas reais colocados pela dinâmica do movimento estudantil, esses companheiros roçavam pelas questões candentes dos nossos silêncios sobre a tática. Mas sem terem clareza tampouco sobre tal questão, e ainda mais, sem firmeza sobre o caráter proletário socialista de um processo revolucionário no Brasil, deslocam essa discussão para o campo da estratégia e do programa. A defesa da palavra de ordem da Constituinte aparecia como fórmula de toda uma "etapa" da revolução, de tipo nacional e democrática. Além disso, a própria tática é assumida inteira na sua formulação pequeno-burguesa: a luta da pequena-burguesia deveria abrir as portas para uma futura entrada em cena do proletariado.

Essa tendência, majoritária em Minas (e que se aproximava das posições então assumidas pela AP, que lançara o



história da esquerda brasileira

Política Operária-Polop, pode ser interpretada como um brasileira no curso desta turbulenta década que acabava de começar.

ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) seja por sua versão de esquerda, a do Partido Comunista.

A partir delas uma série de trabalhos se desenvolveram, projetando alguns jovens intelectuais e então militantes da Polop e que mais tarde exerceriam uma influência considerável no pensamento da esquerda latino-americana. É o caso de Ruy Mauro Marini, de Theotônio dos Santos ou de Vânia Bambirra com seus escritos sobre a fenômeno da dependência latinoamericana.

O poder das idéias

Se a simples críticas das posições hegemônicas não tinha sido capaz de dar imediatamente à Política Operária a capacidade de aglutinar amplos setores de esquerda, num período marcado por uma intensa mobilização popular, isto se deve basicamente a irresistível ascensão das correntes nacionalistas e reformistas nos primeiros anos da década passada, que ademais apareciam avalizadas pela própria evolução da situação política, sobretudo quando João Goulart começou a inclinar-se basicamente para as teses defendidas pela esquerda hegemônica.

MOVIMENTO SOCIALISTA



Movimento Socialista: órgão precursor da Polop

A P.O. aparecia excessivamente como "consciência crítica" da esquerda, mais como um empreendimento intelectual do que político, o que era reforçado pela estreitez de sua base social.

Às vésperas do golpe de 1964 esta imagem de "consciência crítica" aparecia mais uma vez, quando da realização do III Congresso. A P.O. foi praticamente a única organização da esquerda brasileira que, de certa maneira, previu o desfecho dos acontecimentos. Todas as demais forças estando mergulhadas em um enorme otimismo.

Mudança de papel

Era normal, assim, que uma vez produzido o golpe militar, a Política Operária tivesse condições de capitalizar a enorme desalento que passaria a reinar na esquerda brasileira e cujos efeitos se fariam sentir em forma particularmente intensa no interior do Partido Comunista.

A P.O. assume objetivamente o papel de uma força em terno à qual poderiam agregar-se todos aqueles setores que a partir dos acontecimentos de março/abril 64 haviam compreendido os limites das posições do PCB.

Não é surpreendente, assim, que a Política Operária pudesse imediatamente nuclear setores de esquerda e aumentar significativamente sua audiência como foi o caso junto aos suboficiais expurgados das Forças Armadas.

A "Guerra de copacabana"

Inicia-se no Rio de Janeiro todo uma série de contatos com ex-militares, sobretudo da Marinha, tendentes à preparação futura da luta armada contra o regime. Mas a "guerrilha de Copacabana", designação irônica a esta conspiração articulada em apartamentos da zona sul da cidade, seria vítima do amadorismo da organização.

O CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) infiltra os marinheiros e todos os passes da

articulação foram meticulosamente seguidos pelas autoridades. Presos os responsáveis, dentre os quais o sociólogo Ruy Mauro Marini, naquela época militante da Polop, eles são submetidos a torturas no Cenimar, configurando um dos primeiros casos de sevícias contra presos políticos, e isto já em 1964.

O episódio da desbaratamento da "guerrilha de Copacabana" teve suas consequências dentro da organização, desde as inevitáveis reprimendas sobre responsabilidades frente à repressão, até o questionamento dos estilos que deveriam presidir o funcionamento de uma organização que propugnava a derrubada violenta do regime.

É nesse quadro de mini-crise interna que um dos "históricos" da organização, o jornalista Moniz Bandeira, é excluído da P.O. após o que ele denuncia a organização como uma "escola de delatores" em um folheto distribuído nos meios de esquerda.

Mas as verdadeiras crises estariam ainda por vir. Em 1965, um grupo de militantes de Minas começa um movimento de contestação que vai ganhar toda sua força em 66: eles defendem a necessidade de convocar uma Assembléia Constituinte.

A tese, que apontava para um problema essencialmente de tática, numa organização que se ressentia enormemente de formulações neste campo, vinha no entanto encoberta de justificações estratégicas. O verdadeiro debate não se produziu e a abertura para a necessidade de uma orientação concreta no combate à ditadura se pediu nos escaninhos de uma discussão estratégica.

A cisão

Mas a verdadeira cisão viria um pouco mais tarde e desta vez não só tendo em Minas sua base, mas envolvendo, igualmente, amplos setores de São Paulo, aonde a P.O. tinha seus principais contingentes. Em 1967, para muitos militantes, a organização começava a aparecer excessivamente dominada por sua inércia, incapaz de

capitalizar a grande crise que sacudia o Partido e de oferecer-se como alternativa no interior da esquerda.

Em São Paulo, o grupo que mais tarde participaria da formação da Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR, insistiria, sobretudo na questão da luta armada, ainda que esta fizesse parte da estratégia da organização. As divergências se fundavam essencialmente no enfrentamento prático da questão.

Já o grupo de Minas Gerais, também colocando o problema da luta armada, apresentava com a direção da P.O. um outro tipo de divergência, na medida em que questionava a estratégia socialista da organização, orientando-se por uma linha de "libertação nacional". O grupo que se constituiria no Comando de Libertação Nacional (Colina), rompe, como os dissidentes de São Paulo, por ocasião do IV Congresso (em 1967). Mais tarde eles iriam tentar conviver numa mesma organização - a VAR Palmares, unidade efêmera destas duas correntes originárias da Política Operária.

É, assim, uma P.O. debilitada (calcula-se em uma sangria de quase metade de seus quadros) que vai se aproximar de várias das dissidências em vias de formação no PCB naquele período. Esta linha de convergência leva à formação de uma Frente de Esquerda Revolucionária (EFR) em 67 com a dissidência secundarista do Rio e com a "Dissidência Leninista" do PCB do Rio Grande do Sul. Com esta, pouco tempo depois, a P.O. se fundira, dando nascimento ao POC (cuja história será analisada em outro capítulo desta série). Mas, contrariamente, ao que poderia aparecer naquele momento, a história da P.O. não havia acabado ou se dissolvido na de uma outra organização. Em 1970, a Política Operária ressurgiria como cisão do POC e nesta cisão havia mais do que um ato quase de rotina na esquerda brasileira. Se delineava um retorno a uma problemática que para muitos parecia estar totalmente encerrada.

"Movimento contra a Ditadura" será combatida violentamente pelo Comitê Nacional. (...) Opusemos então uma estratégia socialista à estratégia democrática mas escamoteamos as questões táticas. Tal discussão é importante porque será frente ao democratismo pequeno-burguês (...) que culminaremos o principal de nossa elaboração teórica. E será com essa base que enfrentaremos a profunda crise ideológica e a reaglutinação que se faz em 67.

No Pleno Nacional de abril de 66 (...) a direção se apresenta com o 1º capítulo do "Aonde Vamos?" elaborado por E. Martins. Ele expressa a consciência da necessidade de formular os princípios de uma política classista."

"Em setembro de 66, a agitação estudantil alcança um primeiro auge nas passeatas realizadas em torno à palavra de ordem "abaixo a ditadura". Apesar de todas suas limitações, essa agitação foi expressão de alta disposição de luta e potencialidade do movimento estudantil. Tivemos participação destacada nessas jornadas mas é hoje claro que a ausência de uma perspectiva concreta para elas nos reservou em seguida um papel de críticos do agitação populista da AP que, esta sim, tinha uma alternativa política para aquele movimento."

A teoria e sua prática

Na avaliação final que faz, Raul Villa lembra que "a fórmula chave para

caracterizar nossas falhas era a que nos atribuía "lucidez teórica e inconsequência prática". Referindo-se a uma O. cujas características intelectuais eram tão marcantes, tal crítica parecia prestar os méritos devidos as nossas qualidades e atacar os pecados próprios dos intelectuais. Mas tal fórmula não passa, na verdade, de outro ardil de nossa teoria que induz uma prática deficiente e esconde sua responsabilidade no caso. Quando, após cada fracasso, os militantes sentem necessidade de avaliar o que fizeram, serão julgados em nome de uma teoria que se satisfaz em dizer o que deveria ser feito, negando os meios para fazê-lo. É verdade que há uma base real para tal constatação de "lucidez teórica". Ela se referia ao papel da PO de desenterrar categorias gerais do marxismo, de proceder a uma análise marxista da formação social brasileira, suas classes e contradições; de definir o papel do proletariado (...) Na realidade, o atraso político e ideológico do nosso proletariado não tornava fácil essa tarefa. Como cobrir a distância?

Incapazes de definir a prática de massas que formaria um proletariado autônomo, vamos desenvolver uma prática de pedagogos. Os silêncios sintemáticos de nossos "documentos básicos" sobre a "linha de massas" são na verdade encobertos pelas recomendações rejeitadas da propaganda e da agitação de uma "política de classe". Esta "política de classe", presente apenas como chamamento, como referência a uma

classe "ideal", se contrapõe irreconciliavelmente à classe real e impede a O. de repousar nos trilhos das lutas de classe como elas se dão.

É importante assim deixar claro que as lacunas da base teórica da PO tal como se encontra nos documentos básicos: o Programa Socialista para o Brasil, os "Aonde Vamos?", o "Formar a Vanguarda Proletária" etc — não são meras "insuficiências" que se possa superar adicionando-lhes uma tática e uma política de organização. Os silêncios aí não são nada aleatórios. Seus autores elaboraram a problemática que preletem enfrentar e silênciam para o que consideram "falsos problemas". De resto, a prática de todos esses anos soube preencher as lacunas, dando um sentido preciso a cada silêncio. Por isso, quem quiser ainda resgatar as aquisições dessa base teórica não tem outro remédio mais do que criticar a globalidade de sua construção."

* O resumo do texto de Raul Villa aqui publicado, provocou uma intensa discussão não só no interior da Política Operária, como em toda a esquerda brasileira. Afastado há anos da organização Villa quis realizar um "ajuste de contas com seu passado político". Suas teses não foram compartilhadas pelos atuais dirigentes da P.O., particularmente Ernesto Martins. Os aspectos essenciais da resposta de E.M. ao Balanço de Villa serão publicados quando examinarmos a fase atual de P.O.

Homens e idéias para toda a esquerda

Poucas organizações exerceram uma tal influência na esquerda brasileira como a Política Operária. Em quase toda a esquerda revolucionária formada a partir de 66/67 e marca da P.O. será visível. Suas Teses serão assimiladas ou combatidas com vigor. Até hoje o seu Programa Socialista para o Brasil é objeto de discussões passionais em inúmeros setores da esquerda.

São muitas, por outro lado, as organizações que tiveram em suas filas quadros originários da Política Operária. Juarez Brito, dirigente da VPR,

e morto em um enfrentamento no Rio foi dirigente da P.O. da mesma forma que o responsável da VAR-Palmes, Carlos Alberto Soares de Freitas, o "Beto", morto pela repressão e, oficialmente, "desaparecido" ou de Lara Lavelberg, que, segundo a versão oficial, suicidou-se em Salvador ao sentir-se cercado pela polícia e que militava nesta ocasião no MR-8.

Já o físico Luiz Carlos de Almeida, que em 1973 ainda militava na Política Operária, morreria fuzilado por uma patrulha de carabineiros, em Santiago do Chile, dias após o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973.

Crise EUA - Cuba:

Mais uma criação da incompetência de Carter

Apesar de adotar oficialmente a política da detente, o governo Carter tem desenvolvido uma campanha crescentemente anti-cubana, que sem nenhuma dúvida ultrapassa os limites da normalidade imperialista.

Por Jaime Pérez

Primeiro, foi a questão da presença cubana na África. Em seguida o medo de que a revolução vitoriosa na Nicarágua servisse para reforçar a importância de Cuba no continente latino-americano, medo aliás, não sem fundamento. A Conferência dos Não-Alinhados realizada recentemente em Havana, veio acirrar ainda mais os ânimos do governo dos EUA que tentou todas as manobras possíveis para desgastar Cuba apresentando-a como um mero satélite da União Soviética à opinião pública mundial.

Só que, como o governo Carter meteu os pés pelas mãos em quase tudo o que fez, sua política externa não poderia escapar à regra. É assim que, o anunciado bombástico pronunciamento de Carter pela televisão americana, adiado de um dia para não perder o público judeu que festejava no 30 de setembro o dia do Yom Kippur (os judeus constituem uma base eleitoral importante) converteu-se num ridículo pronunciamento onde Carter mais uma vez voltava atrás em suas aventuras. "Falei pessoalmente com Breznev pelo telefone e ele me garantiu que os 3 mil soviéticos em Cuba não constituem qualquer ameaça ao governo dos EUA".

Tudo isso porque, em meio à Conferência dos Não-Alinhados, a mente senil de um senador anti-moscovita denunciara o deslocamento recente para Cuba de uma brigada de combate soviética que todos sabiam estar em Cuba desde 1962 em função de um tratado militar entre os dois países. Coisa que aliás, em julho último, o Secretário de Estado Cyrus Vance já havia esclarecido para o Senado americano. Mas Carter em seu afã de capitalizar alguma coisa para recuperar seu notável desgaste político resolveu levar adiante a denúncia e o resultado foi o fortalecimento de Castro que pode dizer com todo o respaldo inclusive dos eleitores americanos: "Jimmy Carter é imoral, desonesto e hipócrita".

A COMISSÃO DOS 75

No início de sua administração, Carter fez alguns gestos que indicavam uma atitude mais conciliatória em relação à ilha como por exemplo a suspensão do bloqueio comercial (já muito anteriormente considerado insustentável constitucionalmente pela Corte Suprema). Mas estes foram sucedidos por uma renovada campanha imperialista e por acordos militares contra Cuba em função da ajuda cubana à Etiópia contra a Somália. Em seguida Carter acusou publicamente Cuba de estar por trás da rebelião Katanganesa no Zaire. A acusação foi veementemente negada pelos cubanos e o governo americano foi obrigado, a contra-gosto, a retirá-la. Em contrapartida, a Cia montou uma campanha de "desinformação" tentando ligar Cuba à política da junta militar etíope contra os rebeldes da Eritreia apesar de Cuba ter publicamente estabelecido suas diferenças com o governo da Etiópia nessa questão.

Mas ainda assim, oficialmente a posição do governo Carter em relação à Cuba continuava sendo a de "demonstrar boa vontade para a abertura de negociações" com vistas à normalização das relações entre os dois países, de acordo com seu programa eleitoral.

Em novembro de 1978 um grupo de cubanos imigrantes, a "Comissão dos 75" foi para Havana para tentar estabelecer as condições de abertura de um diálogo entre o governo cubano e a comunidade de exilados cubanos nos EUA.

Após algumas semanas de conversações a Comissão retornou aos EUA de posse de uma declaração conjunta das duas partes na qual, entre outras coisas o governo cubano se comprometia a libertar 3.000 presos políticos mais 600 presos por tentativa de abandonar ilegalmente a ilha. Seriam permitidas e facilitadas as visitas de imigrantes cubanos para facilitar a reunificação de famílias divididas pela Revolução. De sua parte, a Comissão dos 75 se comprometia a fazer todo o necessário para encorajar o governo dos EUA a permitir que os prisioneiros libertados imigrassem, se assim o quisessem, para os EUA.

Numa mensagem ao Congresso em dezembro de 78, Carter dizia: "Nós continuaremos expressando aos cubanos nossa preocupação em relação a suas atividades militares na África enfatizando que isto será condição do andamento em direção à normalização das relações entre nossos países"....

"Enquanto não podemos voltar a impor sanções multilaterais (ou seja, o bloqueio econômico da OEA) nós continuaremos a indicar aos cubanos que nós não podemos considerar o levantamento total do embargo dos EUA ao comércio direto com eles até que: 1) demonstrem convincentemente sua mudança de postura em relação à África e 2) aceitem discutir e chegar a alguma fórmula para o pagamento de compensações das propriedades americanas expropriadas. Deixaremos ainda claro para eles que nós não poderemos considerar o

restabelecimento de relações diplomáticas enquanto esses problemas maiores não forem resolvidos.

E quanto à proposta de diálogo estabelecida pela declaração conjunta de Havana e da Comissão dos 75, a reação do governo americano aparentemente de indiferença no fundo foi de hostilidade.

Quase que em seguida ao retorno da Comissão aos EUA, o governo americano anunciou a "novidade" de que Cuba havia obtido da União Soviética bombardeiros a jato Mig-23, e sugeriu a possibilidade de que eles estivessem transportando armamentos nucleares. Simultaneamente uma frota de trinta e seis navios de guerra, um carregador aéreo e dois submarinos nucleares americanos dirigiam-se para Cuba, numa operação que foi mais tarde oficialmente descrita como manobras de treinamento. Carter ordenou que fossem feitos alguns vôos de espionagem sobre a ilha, numa atitude clara de provocação e de violação do território cubano. Mas a "crise dos mísseis cubanos" logo se mostraria um "engano". Os aviões soviéticos permaneceram em Cuba por alguns meses, mas o governo americano foi obrigado a admitir que eles eram aviões de defesa e não de armas nucleares.

Uma outra indicação da real postura da administração de Carter foi sua atitude em relação a transferências de prisioneiros contra-revolucionários para os EUA. O procurador geral dos EUA Griffin Bell disse que os EUA precisava checar

cada um deles para fazer uma triagem entre "espíritos, terroristas e prisioneiros comuns". Mas um pouco antes da declaração de Bell, o governo americano havia dito que teria condições de receber aproximadamente 400 prisioneiros por mês, o que não foi feito.

De fato, ele tentou sabotar o programa de libertação dos presos políticos impondo intermináveis dificuldades na concessão dos visas. Tal política permanece até hoje. Washington estava tentando claramente retardar o programa de anistia do governo cubano a fim de conseguir desgastá-lo. Mas em maio o governo cubano decidiu continuar libertando prisioneiros independentemente da garantia de visas por parte dos EUA e aumentar o número de prisioneiros libertados para que todo estivessem livres até setembro. Até o final de maio foram libertados 1900 prisioneiros. Em julho, o governo cubano anunciou a decisão de libertar os 610 prisioneiros políticos que não estavam incluídos no acordo. Esse grupo era composto principalmente por antigos membros das forças armadas de Batista acusados de crimes de guerra.

Por outro lado, a reação da comunidade de imigrantes cubanos foi completamente diferente da de Washington. Um dos mais proeminentes desses grupos, a Igreja Cristã Evangélica dirigida em Miami pelo reverendo Manuel Spinoso e que reúne milhares de membros e a Brigada Antonio Macedo que reúne um grupo de jovens cubanos de esquerda

que migraram com os pais há duas décadas criaram agências para organizar e facilitar viagens a Cuba de cubanos residentes nos EUA. Essas viagens causaram um grande impacto tanto entre os imigrantes quanto entre os próprios cubanos residentes em Cuba. Elas tiveram e tem tido o efeito de desfazer alguns mitos causados pela imprensa burguesa, de um lado, ao deixar claro que os imigrantes cubanos não são tão hostis à Cuba quanto se pensa. De outro lado, que a liderança cubana é muito mais aberta ao diálogo do que o governo de Washington quer fazer crer. Assim, o governo cubano conseguiu capitalizar politicamente a tentativa de diálogo deixando claro que a política de direitos humanos de Jimmy Carter não passava de uma retórica, e que o governo dos EUA era o verdadeiro obstáculo à libertação dos prisioneiros políticos. Na ocasião Fidel colocou assim a questão: "Estamos discutindo esses problemas particulares com os cubanos que vivem fora de Cuba. Em outras palavras, estamos discutindo questões que concernem à Comunidade cubana e não ao governo dos Estados Unidos. Este não tem nada com isso, absolutamente nada!"

Como se vê, Carter não aprendeu nada. Esses episódios passados ilustram bem a política de titubeios do governo americano. E não foi por falta de avisos. Ao que tudo indica, trata-se apenas de incompetência.

França:



O Assassinato de Pierre Goldman

Por Celso Castro

Pierre Goldman foi assassinado no dia 20 de setembro. Saía de casa quando foi abatido a tiros. A organização de extrema direita L'Honneur de la Police reivindicou autoria. Este "Esquadrão da Morte" tinha bons motivos para escolher Pierre como sua primeira vítima.

Filho de judeus poloneses (seu pai foi dirigente da Resistência francesa, sua mãe, militante do Comitê Central do Partido Comunista Polonês) Pierre participou da revolta de maio de 1968, na França, como militante da Jeunesse Communiste Revolutionnaire (JCR). Em 1969 viajou para Cuba e se vinculou à guerrilha venezuelana. Durante dois anos combateu na Venezuela. Com a derrota do castrismo e a "pacificação" na Venezuela, Pierre volta à Europa. Sem perspectiva, derrotado, frustrado, rechaça qualquer possibilidade de integração política. Durante algum tempo assume a condição de marginal, realizando pequenos assaltos. Preso, foi condenado à prisão perpétua, por assassinato. Sua condenação provocou profunda indignação: as provas eram forjadas, as testemunhas vinculadas à polícia. Mas Pierre era o candidato ideal a uma condenação: judeu, intelectual, gauchiste. No segundo julgamento Pierre foi absolvido da acusação de assassinato e condenado a seis anos por roubo. Na prisão escreveu um livro, *Mémoires obscures d'un juif polonais né en France* - um livro notável, autobiográfico, uma reflexão profunda e madura sobre a problemática do intelectual judeu a marxista, sobre uma geração de revolucionários marcada pela derrota. Ao sair da prisão escreve seu segundo livro - *La ordinaire mesaventure de Archibald Rapoport* - um romance policial, uma história delirante, com muito de sua fantasia e claramente inspirada no seu processo. Mais que ficção, é uma obra de denúncia, um libelo contra a polícia e a justiça francesa.

Como jornalista, Pierre trabalhava no *Liberacion*, colaborava com *Rouge*, e era um dos editores de *Le Temps Modernes*. Ultimamente andava escrevendo uma tese sobre o Castrismo, um ensaio sobre... salsa, e preparando seu trabalho de maior fôlego: um ensaio sobre a questão judia. Sem estar vinculado a nenhuma organização política, era um

militante da esquerda revolucionária, e se dedicava particularmente ao apoio à luta dos dissidentes dos países socialistas.

Judeu, intelectual, guerrilheiro, marginal, Pierre era a vítima ideal para uma organização fascista. Por isso foi assassinado.

Todos dia 15
nas
bancas e livrarias



PREÇO DO
EXEMPLAR Cr\$ 20,00
ASSINATURA
ANUAL Cr\$ 240,00

LEIA

10º Congresso de Editores
Livros - Pág. 23

LEIA

LIVROS

PROCURE NAS BANCAS
FAÇA SUA ASSINATURA
PEÇA PELO CORREIO

ALGUMAS HORAS DE EXEMPLO

PAULO FRANCIS:
O Brasil
precisa de
críticos literários.

ALBERTO DINES
falado
GORE VIDAL
de
ASAGA DE PANAGULIS
de
ORIANA FALLACI

68 LIVROS RESENHADOS NESTA EDIÇÃO. 230 TÍTULOS LANÇADOS EM AGOSTO. ESCOLHA O SEU E PRESTIGIE SEU LIVREIRO.

LEIA LIVROS é um informativo mensal, um jornal de debates, polêmica, críticas e análises. É a única publicação que resenha todos os livros importantes editados e que cataloga todos os livros lançados mensalmente no Brasil. Além de artigos, entrevistas e ensaios de fundo, o jornal tem uma seção, "Chamada", com notas e pequenas resenhas dos últimos lançamentos. Você encontra no LEIA LIVROS artigos sobre temas e questões atuais, um noticiário sobre concursos literários e eventos editoriais e um apanhado geral das novidades do exterior, coberto pelos nossos correspondentes internacionais.

EDITORA LEIA LIVROS LTDA. Rua Barão de Itapetininga, 93 - 12º São Paulo

Espanha As vias socialistas do PSOE

A vitória de Felipe Gonzales no Congresso do PSOE (Partido Socialista Obrero Español) apareceu como derrota do "dogmatismo marxista" e êxito da moderação. Afinal, o jovem secretário-geral havia se afastado no último Congresso precisamente porque considerou a reafirmação do caráter marxista do partido um golpe desfechado contra sua estratégia de levar o socialista ao poder. Agora ele volta, com mais de 80% de apoio das bases e conseguindo ainda chegar a acordos com as correntes "crítica" e "terceira via", resguardando pois a unidade do partido.

E no entanto pode-se bem dizer que a discussão aparece como do mais rançoso e enganoso dogmatismo. Porque por detrás das teses existem questões mais candentes.

Jogar a afirmação marxista pela janela é apenas uma peça na estratégia de Felipe Gonzales para ganhar novas camadas das classes médias do país e aproximar-se do poder de modo bem visto pelas forças armadas, pela moderna burguesia espanhola. E talvez possivelmente em aliança com a UCD de Suarez. Aliás, a discussão sobre a situação nacional e as relações com o governo esteve em pauta e, se não receberam a mesma divulgação por parte da grande imprensa, nem por isso foi menos importante. Gonzales, que já conseguiu fazer o PSOE superar de muito o PC, alcançando 20% do eleitorado, pretende agora apagar traços excessivamente combativos desse forjado nas mais duras clandestinidades. Ele já fez muito, embora o preço pago está à vista. Basta dizer que esse velho partido operário não conta hoje mais do que 8% de operários em suas fileiras. Se no lugar de baboseiras "anti-dogmáticas", os congressistas do PSO eivasse efetivamente utilizado o "instrumental de análise" do marxismo, teriam se perguntado mais profundamente pelo significado da sua "via espanhola para o socialismo".

(Eder Sader)

Argentina A tentativa de golpe da ultra-direita

Quem pensava que a cor preta não tinha tom, que fosse para a Argentina na semana passada. Pois não é que o general Menendez, comandante do exército sediado em Córdoba, tentou dar um golpe de Estado para desalojar Videla que "fraquejou" frente ao comunismo ao conceder a expulsão do jornalista Jacobo Timerman, ao invés de "desaparecê-lo" como é praxe na Argentina.

O que era preto ia ficar bem mais escuro, se a ultra-direita (se é que pode haver algo mais a direita do que o regime de Videla) conseguisse a vitória. Ao que parece esteve bem longe disso, uma vez que somente mil e quinhentos oficiais e soldados aderiram à intenciona. Mas não devemos esquecer que usar um boi de piranha para testar quem está disposto a ir contra para melhor neutralizá-lo numa próxima oportunidade é já um truque velho nessa América Latina dos mil e um golpes. E essa ocasião pode surgir na sucessão de Videla, prevista para 81, quando a ultra direita tentará passar por cima do general Viola, já considerado o virtual sucessor de Videla.

(Roberto Grum)

Portugal Mortos e feridos no Alentejo

Depois da frustrada tentativa de 25 de novembro de 1975, o movimento revolucionário português foi progressivamente perdendo o pique, a reação cada vez mais mostrando a cara e as conquistas oriundas de abril cada vez mais difíceis de preservar.

Agora parece que a maré pode se inverter: o que na semana passada parecia ser apenas mais uma retomada de terras do Alentejo, com os camponeses resignados e a Guarda Republicana arrogante, mudou de figura quando, além das terras, a polícia tentou apropriar-se do gado que os camponeses haviam comprado "legalmente". — os camponeses reagiu polícia abriu fogo, matando três deles. Ai a coisa pegou fogo: representantes de todos os partidos da esquerda, os militares gonalvistas e cinquenta mil pessoas deslocaram-se para o cemitério de Escoural para acompanhar o enterro dos camponeses, dando uma mostra da disposição de reagir contra o que se considera os legítimos direitos adquiridos com a Revolução dos Cravos.

(Antônio Motta)

Vietnã Imperialista?

Enquanto a imprensa burguesa e a imprensa chinesa centram fogo no "imperialismo vietnamita" e na ameaça que ele representa para a Tailândia e demais países do Tratado de Defesa do Sudeste Asiático, fica obscuro a questão das condições de vida da população na Indochina, que, após os trinta anos de guerra anti-imperialista teve ainda de enfrentar o governo de Pol Pot no Camboja e a invasão chinesa ao Vietnã. Nesse caso, a grande "lição" que Deng e Cia. deram ao Vietnã foi a polícia de terra arrasada no extremo norte do país. Isso num país, sobre o qual já pairava o espectro da miséria absoluta que só a solidariedade internacional poderia minimizar. Sabe-se, por exemplo, que a geração nascida nos anos 70 estará imediatamente marcada pela subnutrição. Falta em "imperialismo vietnamita" nesse contexto, por mais críticas que se tenha à intervenção militar do Vietnã no Camboja, é, concretamente, preparar a opinião pública internacional para uma possível intervenção militar dos aliados das ditaduras da Malásia e da Tailândia que hoje tem tido dificuldades crescentes para conter o ímpeto do movimento popular em seus países.

(M. Torres)



As ruínas da invasão chinesa



Cataguases: MDB e decoro parlamentar

Senhores redatores:

Li no jornal Em Tempo: de 20 a 26/09 na pág. Nº 2 com o título **Mineiros cassando mandato popular**, assunto a respeito da suspensão e provável cassação do meu mandato de vereadora e resolvi esclarecer certos pontos que julgo necessários.

Realmente o meu mandato não pertence como nunca pertenceu a uma só pessoa, pertence e pertencerá sempre aos trabalhadores e aos explorados de Cataguases que foram os segmentos que me elegeram e portanto é a eles que devo obediência.

Desde alguns anos, venho junto com outros companheiros lutando para que os setores oprimidos de nossa cidade participem da luta política. Criamos comitês em todos os bairros pobres de Cataguases e no distrito de Cataguairino; filiamos trabalhadores no MDB local, apesar de todas as dificuldades criadas por um presidente submisso a um secretário que sem o menor constrangimento ao negar pedido de filiação dizia: "incorrem no grave erro de inscrever gente simples no partido". Todas as filiações foram feitas através de recurso ao Diretório Regional do MDB, o que muito nos sacrificou.

CICLO DE CINEMA

Sindicato dos Bancários de São Paulo

Próxima Apresentação: «Um dia um gato» de Vojtech Jasný, 1963 — Dia 5 (sábado) e 6 (domingo) de outubro às 18 e 20 horas

Local: Rua Florêncio de Abreu, 270 — Centro — SP (Sede dos Metroviários) Ingresso Comum: Cr\$ 20,00

Para bancários e metroviários sindicalizados: Cr\$ 10,00

ESCRITOR!

A EDITORA HISTÓRIA imprime, lança e distribui o seu livro. Use nossa assessoria editorial.

Luiz Carlos
Av. Prudente de Moraes, 15 ap. 201 Belo Horizonte, MG
Telefones: 335-1051 (2ª e 6ª feira, de 9 às 12 h)
337-1376 (3ª, 4ª e 5ª feira, de 8 às 12h)

Mas apesar de tudo, ganhamos o Diretório e hoje fazemos parte da Comissão Executiva do mesmo, os trabalhadores repudiados pela Direção anterior. Com referência ao meu pronunciamento feito na sessão da Câmara de 26/06/79, o Em Tempo relatou muito bem.

Agora, quanto ao procedimento da bancada do MDB devo esclarecer o seguinte: os vereadores Francisco Adolfo e Cunha Neto, não só votaram contra o absurdo da suspensão, como acusaram violentamente os membros da Arena pela sua atitude; o líder da bancada José Faria votou também contra a minha suspensão mas depois da votação leceu comentários dizendo naquela mesma sessão que eu merecia passar pelo que estava passando, entre outras coisas. Outra vereadora da bancada do MDB ao responder ao vereador Cunha Neto quando o mesmo alegava o absurdo de um companheiro de bancada votar favorável à minha suspensão, disse simplesmente: "a votação foi secreta".

Tenho recebido dos setores pobres de Cataguases diversas manifestações de apoio, inclusive manifestações públicas como a que fizera na sessão do dia 11/09/79 na Câmara Municipal.

Mas recebi do Sr. Oreste José Coelho, fotógrafo profissional, a informação de que estava sendo ameaçado de ser processado por desobediência pelo Delegado Regional Sr. José Geraldo Lhamas, por ter-se negado a entregar ao Delegado as fotos que tirou da manifestação pública do dia 11/09/79, segundo a exigência daquela autoridade.

Reitero o que disse quando da minha suspensão, que mesmo sendo cassada, não abandonarei a luta junto aos humildes e explorados trabalhadores e que só matando-me conseguirão afastar-me da luta.

Por uma sociedade justa e igualitária!
Cataguases, 24 de setembro de 1979
Joana d'Arc Carvalho Guimarães

Movimento de creches nas ruas

Está programada para o próximo dia 7, domingo, às 15 horas, no Largo São Bento, uma concentração onde estarão presentes todos os núcleos de mulheres que integram o Movimento de Luta por Creches.

Não foi gratuita a escolha do mês de outubro para a realização da primeira manifestação pública do movimento. Quando o Ano Internacional da Criança estiver sendo mais intensamente comemorado, as vozes dessas mulheres se farão ouvir para denunciar a inoperância dos poderes públicos com relação à questão das creches.

Desde o I Congresso da Mulher Paulista, realizado em março deste ano, a luta até então desenvolvida de forma mais ou menos isolada por inúmeros grupos ganhou nova dimensão: entre as reivindicações mais importantes do Congresso, a creche foi considerada prioritária. A partir daí o movimento vem se estruturando através da criação de núcleos regionais e de uma coordenação geral.

Creches diretas (hoje praticamente inexistentes — os dados dão conta de apenas três em São Paulo), isto é, creches inteiramente financiadas pela Prefeitura, da instalação à manutenção e administração e em quantidade suficiente para atender a toda a população infantil são as principais reivindicações do movimento.

Para a quase totalidade da população trabalhadora a situação é de ausência total de creches ou então, a sua quantidade insuficiente seja nos bairros, seja nos locais de trabalho.

Para esta grande maioria, trata-se de exigir a instalação imediata de um número suficiente de creches. Nos poucos locais onde elas existem ou onde estão sendo instalados, se coloca a questão da qualidade das creches. Conforme diversas integrantes do movimento fazem questão de salientar, "não basta só termos as creches, é preciso saber como são essas creches, como as crianças são cuidadas, que orientação recebem".

Por uma maior participação

Creches e não "depósitos de crianças" é o que querem mulheres para que este tipo de equipamento é um direito que lhes cabe enquanto cidadãos e trabalhadores e de seus filhos enquanto futuros trabalhadores. Concretamente, a creche significa para elas o local seguro onde possam deixar seus filhos enquanto trabalham, onde recebem atenção e cuidados.

Para grande parte de participantes do movimento, entretanto, a creche deve ser também um local aberto à sua participação, onde as decisões sobre a orientação de seus filhos possam ser discutidas por todos pais e professores. A visão da necessidade de participação dos pais no processo educacional e administrativo das creches é um traço marcante e, certo ponto, inovador que caracteriza o movimento.

Para a concentração do dia 7 estão convidados todos os interessados, especialmente as mulheres e seus filhos (que lá estarão juntamente com elas).

COMPANHEIRO

Uma imprensa que luta contra a ditadura e a exploração

Cheque nominal para Editora Avante Ltda.
Rua Itapeva, 28 — Bela Vista.
CEP 01332 — São Paulo

Nome: _____
Endereço: _____ Cep: _____ Estado _____
Bairro: _____ Profissão: _____ Cidade: _____

EM TEMPO

Rua Mathew Gray, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP 05414 - Telefones: 280-4759-853-6680

CONSELHOS EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:

Eder Sader (presidente) Aloísio Marques, Antônio Helder, Antônio Jorge, Carlos Tiburcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade F. Pereira, João Batista dos Mares Guimarães, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marcelo Aurelio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio Alii, Tom Duarte, (Suplentes: Lucy Ayalla, Marisa Araújo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes).

DIRETORIA:

Flávio Andrade (presidente), Carlos Tiburcio, José Luiz Nadai, Marcelo Aurelio Garcia, Robinson Ayres.

EDITOR-CHEFE:

Carlos Tiburcio

SECRETARIO DE REDAÇÃO:

Robinson Ayres

DIRETOR RESPONSÁVEL:

Robinson Ayres

REDAÇÃO:

Pereira, Antonina, Silveira, Flávio Andrade, Sérgio Alii, Elvira Oliveira, Maria Cândida, Relton Fracalossi, Eder Sader, Marcelo Aurelio Garcia, Tom Duarte, Guido Mantega, Vilma Amaro, João Machado, Olga Maria, Elisabeth Lobo, Roberto Grum, Virginia Pinheiro, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Flávio Aguiar.

ARTE, DIAGRAMAÇÃO E SECRETARIA GRÁFICA:

Paulo Roberto M. Borges, Sérgio Papp; Ilustração: Sian, Martinez,

Godinho, Claudio Natal, Beto Maringoni, Nilson e G.M.D.; Fotos: Jesus Carlos, Emanoel Braun Filho;

SCURSAIS: Belo Horizonte:

(R. Bernardo Guimarães, 1884 — Tel: 335-77-3) Alberto Duarte, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Leão Santos, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Jurez Guimarães, Sandra Starling, João Batista, Marisa Araújo, Amarildo, Porto Alegre: (Av. Osvaldo Aranha, 1407 — Loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schmeer, Sosa, Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luiz Alberto Rodrigues, Lucy Ayalla, Raul Pont, Rio de Janeiro: (Praia de Botafogo, 316,

Sala 209) Beatriz Lerner, Paulo Cavalcanti, Roberto Rodrigues, Marcos Gomes, Valmir Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavinia, Marcelo Beraba, Salvador: (Av. Joana Angélica, nº 8 — 1º andar — Sala 14) Ademir Oliveira, João Henrique, Antonio Jorge, Antonio Dias, Antonio Helder, Emiliano José, Dalton Godinho, Lina Maria.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Lourdes, Belo Horizonte — Telefone: 35-7773. Distribuidora: Superbancas Ltda. m R. Ubaldino do Amaral, 42 — R1. Composição e Impressão: Empresa Jornalística AFA Ltda — Av. Liberdade, 704 — São Paulo — SP — Fone: 278-9010.

Onde o trabalhador perde sempre

O trabalhador perde, quando recebe com juros e correção monetária, que não correspondem à alta do custo de vida, e perde ao aceitar um acordo com a empresa ou ao pagar os honorários de um advogado. A saída para escapar desse jogo de cartas marcadas: a solução das questões trabalhistas a partir das comissões de fábrica e da negociação direta entre patrões e empregados.

Por Relton Fracalossi

A Justiça do Trabalho é o ramo da Justiça mais requisitado pela população. Somente em São Paulo, em 1978, deram entrada na 1ª instância cerca de 120 mil processos. Nas Juntas de Conciliação e Julgamento as reclamações se acumulam, e os trabalhadores, grande parte das vezes desempregados, são obrigados a esperar, em alguns casos, mais de um ano para ter seu problema solucionado, ou sujeitam-se aos chamados "paqueiros" (agenciadores que trabalham para advogados), que infestam os corredores e filas das Juntas, e acabam aceitando acordos em que recebem apenas uma pequena parte do que têm direito.

Se não bastassem todas as limitações da legislação e o caráter paternalista que envolve a Justiça do Trabalho, o cumprimento dessa legislação é feito de tal forma que os trabalhadores se encontram sempre em desvantagem frente aos patrões.

Quanto à natureza desses processos, segundo o advogado trabalhista Antonio Carlos Arouca "na quase totalidade, referem-se a punições disciplinares, a dispensas imotivadas e violações contratuais, enfim, processos decorrentes do arbítrio patronal, estimulados pela demorada tramitação dos casos e pela inexistência da garantia de estabilidade".

Esperando, esperando...

Na sala de espera de uma das Juntas de Conciliação e Julgamento, em São Paulo, Luís Bernardo, ajustador mecânico, aguarda uma decisão de Justiça do Trabalho para seu caso. Tudo começou com a greve dos metalúrgicos. Quando a situação voltou ao normal, começaram as pressões na Gutmann, empresa onde trabalhava. Na semana em que iria haver o acordo para a não reposição das horas paradas durante a greve, ele foi suspenso por dois dias e em seguida despedido sem receber o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e as horas determinadas pelo acordo.

A grande maioria dos casos que dão entrada na Justiça do Trabalho são por dispensa do trabalhador sem o pagamento do Fundo de Garantia e muitas vezes de dias trabalhados. Tornou-se comum para grande número de empresas não recolher o Fundo de Garantia e esperar que o trabalhador recorra à Justiça do Trabalho. Essas empresas, quando são processadas, acabam depositando o Fundo de Garantia somente para aquele empregado; e a situação se repete toda a vez que um trabalhador é despedido. Isso gera um acúmulo muito grande de processos e uma conseqüente demora na solução dos litígios.

Devido a isso, os trabalhadores, já expoliados com os baixos salários que recebem, são obrigados a aceitar acordos desvantajosos para receber com mais rapidez. Cerca de 40% dos processos que dão entrada na Justiça do Trabalho são solucionados através de acordos, onde o trabalhador chega a receber somente 40% do que teria direito.

Sem receber e desempregado, enquanto espera a decisão da Justiça, muitas vezes a própria sobrevivência do trabalhador fica ameaçada. Afinal, viver de que maneira, sem emprego, sem salários e sem FGTS? Esse é o caso



Nas filas, a espera inútil

de José Domingos, corticeiro, sentado num canto da sala, visivelmente angustiado. No mês passado, ele foi despedido da indústria de vidros Nadir Figueiredo, depois de ser suspenso por três dias porque chegou atrasado.

José Domingos tem direito a receber não só o FGTS, mas também alguns dias trabalhados. Segundo ele, além de estar desempregado, não poderá arrumar outro emprego porque "a Carteira de Trabalho está presa com o advogado". Embora seja sindicalizado, no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vidro, José Domingos pagará 30% do que receber a um advogado particular.

Desempregado e sem dinheiro, como ele vai viver enquanto espera que a Justiça do Trabalho resolva o seu caso? José Domingos explica: "eu moro com dois amigos, e eles disseram que me garantem enquanto eu estiver desempregado... não vai ter outro jeito" — responde ele resignado.

A solução a partir das fábricas

A demora na solução das questões

sempre provoca uma perda por parte do trabalhador. Embora recebam, no caso de vencerem a causa, como juros e correção monetária, que não correspondem na realidade à alta do custo de vida, muitos se vêem forçados a abrir mão de parte do que tem direito com honorários de advogados ou aceitando um acordo com a empresa.

Contudo, não basta que sejam criadas mais Juntas de Conciliação para que os principais problemas da Justiça do Trabalho sejam sanados. Conforme afirma Antonio Carlos Arouca, "a continuar o sistema vigente, cada vez mais aumentará o número de ações e não será suficiente a criação de novas Juntas e Turmas no Tribunal, permanecendo a morosa tramitação das ações".

De fato, os problemas da Justiça do Trabalho não se limitam à demora na solução das ações nem ao comércio dos "paqueiros", mas, por um lado, envolvem questões como a estabilidade no emprego e, por outro, aspectos como a organização dos trabalhadores por fá-

brica e a negociação direta entre trabalhadores e patrões.

Com os avanços do movimento sindical, a justiça do Trabalho começou a ser questionada dentro do debate sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a necessidade de um Código do Trabalho, o atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, enfim, sobre a liberdade sindical.

Tanto para Arouca como para a advogada trabalhista Gilda Graciano, o principal caminho a ser trilhado para superar as limitações da Justiça do Trabalho seria a solução dos conflitos trabalhistas a partir das comissões de fábrica.

"A solução dos litígios poderia ser feita a partir da fábrica, através das comissões de fábrica e dos delegados sindicais. Porém, é preciso que haja realmente uma livre organização do trabalhador a partir da fábrica" — explica Gilda Graciano.

Para escapar do jogo de cartas marcadas da Justiça do Trabalho, surge assim a perspectiva da negociação direta entre patrões e empregados, uma vez que os problemas que são levados à Justiça do Trabalho não são problemas individuais, mas questões coletivas, dos trabalhadores como um todo, e devem ser resolvidos por eles coletivamente.

Afinal como afirma Augusto de Campos, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, "a falha fundamental da Justiça do Trabalho é que ela coloca que tem o monopólio do emprego como um lado da questão e o trabalhador, que está desempregado, de outro, e as questões coletivas tendem, assim, a tomar um caráter individual. Na Justiça do Trabalho está a grande prisão do trabalhador, porque se mantém o contrato individual de trabalho e carrega-se o trabalhador para a Justiça do Trabalho, e aí ele é derrotado".

Descaminhos de uma reclamação trabalhista

Aqui, como funciona a Justiça do Trabalho e quanto tempo pode demorar um processo trabalhista.

Você está despedido. E pode ir procurar seus direitos na Justiça". Essa é uma frase bastante comum de ser ouvida pelos assalariados, desde que foi criado o sistema do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Quando o trabalhador é despedido sem receber o que teria direito, só resta a ele recorrer à Justiça do Trabalho e acabar engrossando a longa fila que se estende em frente das Juntas de Conciliação e Julgamento, primeira instância da Justiça do Trabalho e começo de um longo trajeto que pode demorar mais de um ano.

Um comércio lucrativo

Se ele é sindicalizado, o sindicato poderá fornecer um advogado para cuidar do caso. Contudo, se o trabalhador não for sindicalizado, ou não quiser um advogado, ele poderá fazer toda a reclamação trabalhista sem nenhuma assistência. A Justiça do Trabalho é o único ramo da Justiça que permite isso, embora na maioria das vezes o trabalhador contrate os serviços de um advogado. Mesmo porque criou-se um comércio rentável nas Juntas de Conciliação e Julgamento, realizado pelos "paqueiros".

A "jogada" consiste em conseguir - nas filas que se formam nas Juntas - clientes para os escritórios de advocacia, que cobram 30% do que o trabalhador tem a receber. Como esses escritórios baseiam sua alta lucratividade na grande quantidade de processos que assistem, eles orientam-se invariavelmente para o acordo entre patrão e empregado, onde o trabalhador

chega a receber menos de 40% do que teria direito.

De qualquer maneira, com o advogado do sindicato ou com um agenciado pelo "paqueiro", ou ainda muito raramente sem nenhum tipo de assistência, a primeira etapa de uma ação trabalhista é lavrar o termo da reclamação. Depois disso, o trabalhador poderá esperar de quinze dias a quatro meses para que ocorra a primeira audiência da Junta de Conciliação e Julgamento.

Ser vogal:

«o sonho dos pelegos»

As Juntas de Conciliação são compostas por três juízes: um juiz togado - ou seja, um juiz de carreira, diplomado - e dois juízes classistas, que deveriam ter a função de representar, um o patrão e outro o empregado. Atualmente, um vogal em São Paulo ganha por volta de 16 mil cruzeiros.

Muitas críticas têm sido feitas à atuação dos vogais que representam os trabalhadores. Como afirma Antônio Augusto de Campos, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, "se um vogal é do patrão e outro é do empregado, então haveria necessariamente que haver empate, deixando a decisão por conta do juiz togado. Mas pelo fato dessa estrutura estar dominada por pelegos, ocorre que tragicamente os vogais dos empregados estão votando a favor dos patrões. É o caso de decretação de ilegalidade de greve em que o vogal dos trabalhadores votou a favor dos patrões e pela ilegalidade da greve."

Além disso, segundo Augusto de Campos, "hoje o grande sonho dos pelegos é ser vogal", dado que é uma função bem remunerada e que exige apenas quatro horas diárias de trabalho.

Depois da espera, a primeira audiência.

Na primeira audiência da Junta de Conciliação será tentado o acordo entre as partes. Dependendo das condições do processo, para o empregado poderá ser considerado vantajoso um acordo com base em 60% do que teria direito. Se o trabalhador estiver nas mãos de um advogado oportunista, o acordo provavelmente será feito. Contudo, se o trabalhador não aceitar os termos propostos, o patrão fará a sua defesa e normalmente há um novo adiamento, que poderá ser de quinze dias a um ano.

A partir da segunda audiência as testemunhas de ambas as partes serão ouvidas e o número de audiências, dependendo do caso, poderá chegar a seis ou sete.

Uma vez ganha a causa, o trabalhador terá ainda que aguardar outras etapas do processo, assim como o cálculo dos juros e correção monetária relativos à demora do processo e a execução e liquidação da sentença, além de outras como a penhora, a avaliação, o leilão, a adjudicação, a remissão etc. que, dependendo do caso, podem ser necessárias.

Atualmente em São Paulo, para se ter uma idéia, mais de 5 mil processos que transitaram em julgado aguardam na Contadoria o acerto final de contas.